

ESTGF | **POLITÉCNICO
DO PORTO**

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

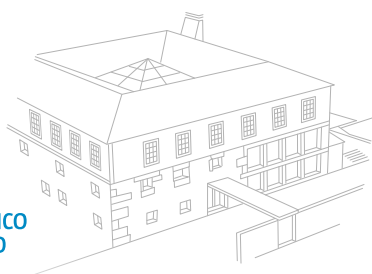
DESIGNAÇÃO DO MESTRADO

AUTOR

ORIENTADOR(ES)

ANO

www.estgf.ipp.pt



ESTGF | POLITÉCNICO
DO PORTO

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

DESIGNAÇÃO DO MESTRADO

AUTOR

ORIENTADOR(ES)

ANO

www.estgf.ipp.pt

*Pedras no caminho?
Guardo todas, um dia vou construir um castelo...*

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

O presente espaço é dedicado a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização da presente dissertação. A todos quero aqui deixar o meu mais sincero agradecimento.

Antes de mais quero agradecer à Professora Marisa Ferreira e Paula Veiga pelo interesse, disponibilidade e forma como orientaram todo o meu trabalho e modo como me acompanharam no meu desenvolvimento pessoal.

Em segundo lugar, agradeço ao Administrador Executivo da Bragahabit e Coordenador geral da Habitat for Humanity Portugal que permitiram que as entrevistas fossem realizadas e por todo o apoio prestado no decorrer na mesma.

Num outro plano, quero deixar uma palavra de apreço a todos os meus amigos e familiares por toda a ajuda que me proporcionaram, sem o vosso encorajamento, paciência e apoio a concretização de mais esta etapa académica não seria possível.

Por último, agradeço aos meus pais, por todos os esforços que sempre fizeram para que este momento fosse possível, pelos valores que me transmitiram, nomeadamente a honestidade e coragem para enfrentar todas as batalhas e ainda pelo amor incondicional, dedicação e apoio que sempre me deram.

A todos o meu muito obrigado!

Resumo

Existem na literatura diversas abordagens à pobreza. De um modo geral existe consenso, de que a conceptualização da pobreza não está confinada à questão pecuniária, incluindo necessidades e circunstâncias imateriais tais como a integração do indivíduo no trabalho, na família, a participação na comunidade e o acesso aos serviços públicos, bem assim como as condições de saúde, educação, emprego e habitação. A habitação é uma necessidade básica e um importante indicador que pode refletir a qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família. A pobreza habitacional é um problema global, mas com especificidades locais e dimensões socioculturais que exigem a participação de *stakeholders* locais.

Partindo da sistematização de importantes conceitos relacionados com pobreza habitacional, esta investigação pretende apresentar e comparar tipologias de resposta, considerando um contexto específico, o concelho de Braga, de forma a perceber os contornos das soluções locais para as questões de habitação e de que forma estes podem contribuir para a redução desta problemática. Para além de uma análise documental, centrada no estudo de informações que permitem reconhecer os formatos de atuação das duas organizações investigadas – a BragaHabit (empresa municipal) e a Habitat for Humanity (organização sem fins lucrativos), o trabalho é complementado com duas entrevistas aos responsáveis destas organizações. A abordagem empírica permite-nos identificar, analisar e comparar os modelos de funcionamento das organizações, as relações existentes com outras estruturas, a forma como as famílias são consideradas e as expectativas existentes relativamente à dimensão futura das próprias organizações e da problemática. Pretendemos identificar orientações no sentido de robustecer as políticas de apoio à habitação, bem assim como contribuir para o (re)desenho de respostas que possam ir de encontro aos desafios inerentes à pobreza habitacional.

Palavras-Chave: pobreza; pobreza habitacional; organizações públicas; organização sem fins lucrativos.

Abstract

Literature presents several approaches to poverty. There is generally a consensus that the conceptualization of poverty is not confined to the pecuniary issue, and might include intangible needs and circumstances such as integration of the individual into work, family, community participation and access to public services, as well as the health, education, employment and housing conditions. Therefore, housing is a basic need and an important indicator that can reflect the quality of life and dignity of an individual / family. The housing poverty is a global problem, but with specific local conditions and socio-cultural dimensions that require the participation of local stakeholders. From the systematization of important concepts related to housing poverty, this research aims to present and compare response types considering a specific territorial context (the county Braga) in order to understand the contours of local solutions to housing issues and how these can help to reduce this problem. In addition to a document analysis, focused on the study of information for recognizing the role formats of the two investigated organizations - BragaHabit (municipal company) and Habitat for Humanity (nonprofit organization), the work is complemented with two interviews with responsible for these organizations. The empirical approach allows us to identify, analyze and compare the operating models of organizations, the relations with other structures, the way families are considered and existing expectations regarding the future size of the organizations themselves and problematic. We intend to identify guidelines to strengthen the housing support policies, as well as contribute to the (re) design responses that can meet the challenges of poverty housing.

Índice:

Resumo	3
Abstract	4
Lista de figuras	6
Lista de abreviaturas	7
Introdução	8
1. Pobreza	9
1.1. Definições e Conceitos de Pobreza	9
<i>Pobreza absoluta/ pobreza relativa</i>	9
<i>Pobreza unidimensional/multidimensional</i>	10
<i>Pobreza subjetiva</i>	12
<i>Pobreza/privação material</i>	12
<i>Pobreza/Desigualdade</i>	13
<i>Pobreza/Exclusão social</i>	14
<i>Pobreza urbana/pobreza rural</i>	14
2. Pobreza Habitacional	15
<i>Pobreza habitacional na Europa e em Portugal</i>	17
<i>Pobreza habitacional em Braga</i>	21
3. Política social de habitação	22
4. Enquadramento Metodológico da Análise Empírica	26
<i>Objetivos de investigação</i>	27
<i>Técnicas de recolha de informação</i>	28
<i>Apresentação do caso de estudo - Habitat for Humanity Portugal</i>	30
<i>Apresentação do caso de estudo - BragaHabit - Empresa municipal de Habitação de Braga</i>	32
5. Apresentação e discussão de resultados	32
<i>Pobreza Habitacional</i>	32
<i>Modelos</i>	33
<i>Parcerias</i>	37
<i>Seleção de Famílias</i>	39
<i>Expectativas</i>	43
Conclusão	44
Bibliografia	47
Anexo nº1	52
Anexo nº2	53
Anexo nº3	55
Anexo nº4	57

Lista de figuras

Figura 1 - Distribuição da população por tipo de habitação	18
Figura 2 - Privação grave da habitação, 2013 e 2014	19
Figura 3 - Alojamentos familiares por índice de lotação	20
Figura 4 - Dimensões de análise	27

Lista de abreviaturas

BM	Banco Mundial
CLAS	Conselho Local Ação Social
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
EDP Solidária	Energias de Portugal Solidária
EUROSTAT	Gabinete de Estatística da União Europeia
E1	Entrevistado Bragahabit
E2	Entrevistado Habitat for Humanity
G.A.S. Porto	Grupo de Ação Social do Porto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
INH	Instituto Nacional de Habitação
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OPHI	Oxford Poverty & Human Development Initiative
PER-Famílias	Programa Especial de Realojamento-Famílias
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
RADA	Apoio Direto ao Arrendamento
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
RSI	Rendimento social de inserção
SOLARH	Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação
UE	União Europeia
UE-28	União Europeia - 28 Estados Membros

Introdução

Este estudo é apresentado no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações do 3º Setor e pretende analisar diferentes respostas à pobreza habitacional no concelho de Braga. A escolha do tema deve-se, por um lado, ao gosto pessoal pelos temas relacionados sobre a pobreza. Por outro lado, trata-se ainda de um assunto relativamente pouco investigado apesar de haver cada vez mais estudos sobre esta temática. Num contexto em que tanto se fala de crise e desigualdade social importa olhar melhor para o que se passa à nossa volta e refletir sobre este tipo de problema. A conceptualização de pobreza é difícil. A pobreza não se restringe à questão pecuniária, pode também abranger necessidades e circunstâncias imateriais tais como a integração do indivíduo no trabalho, na família, a participação na comunidade e o acesso aos serviços públicos, bem assim como as condições de saúde, educação, emprego e habitação. A habitação é uma necessidade básica e um importante indicador que pode refletir a qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família. A pobreza habitacional é um problema com importantes repercussões individuais, familiares e sociais. Atualmente, a habitação é a maior despesa no rendimento de muitas famílias, que sentem grande dificuldade em obter e manter as suas habitações. A pobreza habitacional é um problema global, mas com especificidades locais e dimensões socioculturais que exigem a participação de *stakeholders* locais.

Partindo da sistematização de importantes conceitos relacionados com pobreza habitacional, este trabalho de investigação pretende apresentar e comparar tipologias de resposta, no concelho de Braga de forma a perceber os contornos das soluções locais para as questões de habitação e de que forma estes podem contribuir para a redução desta problemática.

A dissertação está organizada nos seguintes capítulos: o primeiro capítulo faz uma reflexão teórica sobre os mais importantes conceitos e teorias de pobreza, exclusão social e pobreza multidimensional; o segundo e terceiro capítulos abordam a questão da pobreza habitacional e das políticas públicas; o quarto capítulo aborda questões metodológicas da investigação; o quinto capítulo apresenta uma contextualização dos casos de estudo e são apresentados e discutidos os resultados; finalmente são apresentadas as principais conclusões e limitações deste trabalho de investigação.

1. Pobreza

1.1. Definições e Conceitos de Pobreza

A definição de pobreza não é consensual. Existem na literatura diferentes propostas, o que condiciona a abordagem ao tema. Por outro lado, o conceito tem evoluído ao longo dos tempos. A evolução do conceito de pobreza, reflete, ao mesmo tempo, a evolução do pensamento económico e social e a crescente complexidade do fenómeno. Nesse sentido, o conceito tem evoluído de uma abordagem monetária para uma abordagem multidimensional e identificação de novas formas de pobreza. Como se conceptualiza ou se mensura a pobreza tem relevância para a sua análise e compreensão, mas também para a definição de grupos-alvo e políticas sociais.

O conceito é frequentemente apresentado e discutido em referência a dicotomias, tais como pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva/subjetiva, pobreza tradicional/nova pobreza, urbana/rural, pobreza unidimensional/multidimensional e em contraposição com outros conceitos relacionados como sejam a desigualdade e a exclusão social. Estas dicotomias e conceitos são apresentados nos parágrafos que se seguem.

Pobreza absoluta/ pobreza relativa

A pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas e requer a identificação de um padrão de referência. Trata-se de um conceito normativo, que presume a possibilidade prática de definir um limiar da pobreza, a partir do qual se consegue quantificar a pobreza e a sua profundidade.

Rowntree definiu o limiar de pobreza como a “despesa mínima necessária à manutenção da saúde física (alimentação, renda de casa) e utensílios domésticos (roupa, luz, combustível) (cit. em Bruto da Costa, 2008:32).” Por outras palavras, a pobreza absoluta parte da noção de subsistência e define como pobres os grupos, as famílias e as pessoas cujos recursos materiais, sociais, e simbólicos são tão escassos que não garantem a eficiência física ou falta de necessidades básicas. Uma das vantagens da definição de pobreza absoluta é a sua mensuração. O Banco Mundial (BM) tem proposto a medição da pobreza nos países seguindo uma abordagem absoluta. Um pobre é um indivíduo que tem à sua disposição 1,96 dólares para gastos em bens e serviços, por dia. O BM utiliza taxas de câmbio para converter o valor

de uma moeda face a outra (ao dólar), as quais permitem manter a equivalência do poder de compra das populações (World Bank, 2016).

Por outro lado, o conceito de pobreza relativa tem em conta a distribuição da variável de interesse, mais vulgarmente o rendimento, na população. Relaciona a situação de um indivíduo/agregado familiar/grupo, com os padrões sociais em que está inserido. No conceito de pobreza relativa parecem existir noções distintas. Uma diz respeito à comparação entre “sentimentos de privação” e “condições de privação” (Santos et al., 2013). Uma segunda diz respeito à escolha de “grupos de referência” para comparação. A pobreza relativa é essencialmente incompleta como abordagem da pobreza e deve ser vista como complementar à abordagem da pobreza absoluta (Sen, 1999). Em Portugal, o INE, assim como na Europa, o Eurostat consideram um indivíduo em risco de pobreza se tiver um rendimento 60% abaixo da mediana do rendimento por adulto equivalente do país (Observatório das Desigualdades, 2016).

Pobreza unidimensional/multidimensional

A abordagem tradicional da pobreza é unidimensional, isto é considera apenas uma dimensão, privilegiando a pobreza monetária. Uma das vantagens desta abordagem é a facilidade da mensuração, já que considera apenas uma variável para análise. Adicionalmente, os dados sobre o rendimento são mais fáceis de obter. A literatura tem, no entanto, evoluído no sentido de considerar a pobreza como um problema cuja abordagem deve ser multidimensional. A pobreza é conceptualizada como um problema social complexo, com várias manifestações, como acesso aos serviços sociais de base como a educação, a saúde, a cidadania e a habitação. Como nota Barreto (2016), podemos encontrar uma diversidade e multidimensionalidade nas manifestações de pobreza. “Ser pobre” envolve mais do que ter um rendimento baixo, ou seja, a pobreza afeta a existência total dos indivíduos (Seccombe, 2000). Os estudos sobre a pobreza têm assim incluído conceitos como “necessidades”, “insuficiência de recursos” e “padrão de vida” (Feres e Mancero, 2001). Bruto da Costa (2008:20) salienta que a “forma corrente de identificar uma pessoa pobre ou uma pessoa socialmente excluída consiste em avaliar as suas condições de vida objetivas”, já que essa é a dimensão mais visível e observável da pobreza, mesmo que possa não ser mais grave. Por condições de vida objetivas, o autor refere a alimentação, modo de vestir, condições

habitacionais e estado de saúde. A pobreza é um problema multidimensional, uma vez que engloba, em geral, as diferentes necessidades mais importantes dos indivíduos (Amaral, 2015).

Na década de 70, o conceito de necessidades básicas deu ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências (Alencar, 2014). As necessidades básicas podem ser consideradas todas aquelas a que o ser humano deve ter acesso para sobreviver com decência, passam pelo acesso a comida, roupa, saúde, casa e segurança (Huitt, 2007), mas podem também incluir a satisfação das seguintes situações: nutrição adequada; alojamento adequado e protetor; um trabalho não ocasional; um ambiente físico seguro; proteção de saúde adequada; segurança na infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança económica; seguro controle de natalidade e proteção infantil; educação básica (Doyal e Gough, 1991). O fenómeno da pobreza deixou de ser interpretado numa visão unidimensional, a qual abordava apenas a questão pecuniária, para ser compreendido de maneira multidimensional, englobando necessidades imateriais (Alencar, 2014) no qual se consideram, igualmente, circunstâncias imateriais, tais como a integração do indivíduo no trabalho, na família, a participação na comunidade e o acesso aos serviços públicos. A inclusão de importantes dimensões socioeconómicas na apreciação da pobreza tem proporcionado uma melhor compreensão da magnitude da pobreza (Saboor et al., 2015).

Uma maneira de olhar para a pobreza multidimensional é perceber que esta é a combinação do resultado das múltiplas dimensões (Wagle, 2008). A avaliação da pobreza multidimensional requer um esquema que abrange essas dimensões de bem-estar (Cavapozzi et al., 2015). A conceção de medidas para analisar e medir a pobreza multidimensional deve ser feita de forma transparente e possibilitar a análise empírica, sendo que os dados e considerações empíricas são essenciais para avaliar a pobreza multidimensional (Wagle, 2008). O Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa do Desenvolvimento Social das Nações Unidas (PNUD) e a *Oxford Poverty e Human Development Initiative* focam-se no combate da pobreza multidimensional através de medidas políticas. Em 2010, desenvolveram o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que abrange mais de 104 países em desenvolvimento e utiliza diferentes indicadores de pobreza (OPHI, 2016). O IPM tem como principal objetivo medir as privações em três dimensões do

IDH - saúde, educação e padrões de vida. As três dimensões são compostas por dez indicadores. Na saúde: nutrição e mortalidade infantil; para a educação: anos de escolaridade e número de crianças matriculadas; na qualidade de vida: eletricidade, água potável limpa, saneamento apropriado, acesso a combustível para cozinhar, tipo de habitação, e posse de bens. Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais 1,9 mil milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza multidimensional, com privações cumulativas na saúde, educação e níveis de vida (World Bank, 2016). Este número representa cerca de 30% da população dos países estudados (Alkire e Robles, 2016) Assim sendo, a abordagem multidimensional da pobreza conduziu ao desenvolvimento de medidas para combater a desigualdade e padrões de vida com base no desenvolvimento humano e na perspetiva da economia do bem-estar (Nunes, 2012). A relevância da abordagem multidimensional não é apenas perceber em qual dimensão da pobreza o indivíduo se encontra mas sim entender que medida política é necessária para solucionar o problema.

Pobreza subjetiva

A pobreza subjetiva é definida através da análise que as pessoas fazem sobre a sua própria condição, portanto a perceção que o próprio indivíduo tem sobre a sua situação de pobreza é designada como pobreza subjetiva. Este conceito pode ser definido através da recolha de informação sobre a sua própria posição no sistema de desigualdades (Nándori, 2011). A pobreza, nesta perspetiva, não consiste numa condição material mas reflete uma auto-perceção subjetiva. Tal perceção remete para uma verdadeira infinidade de dimensões, colocando num mesmo plano a pobreza, as determinações económicas com todas as formas de exclusão, de subjetividades e perceções psicológicas, morais e éticas (Barreto, 2016). Portanto, a visão da pobreza subjetiva irá contribuir para a formulação de políticas sociais e cumprimento dos objetivos para redução da pobreza uma vez que, a perceção subjetiva é importante para abordagem do estudo sobre a pobreza (Quintero e Mejia, 2006).

Pobreza/privação material

De acordo com Bruto da Costa (2008) é ainda necessário distinguir pobreza de privação. A pobreza é considerada como uma situação de privação resultante de falta de recursos, enquanto a privação “consiste numa situação de carência, que pode resultar de falta de

recursos, mas também de outras causas (desgoverno, alcoolismo, toxicodependência, doença psiquiátrica, etc.)” (Bruto da Costa, 2008:26). A definição apresentada determina que o conceito só considera como pobreza a situação em que a privação resulte da falta de recursos. As pessoas estão materialmente privadas quando querem ou precisam de determinados itens para um nível mínimo de qualidade de vida, mas não conseguem adquirir. A determinação de nível mínimo de qualidade de vida é controversa (Tunstall, 2013). Como já referimos o INE (e o Eurostat) tentam quantificar a percentagem de cidadãos em privação material. A UE definiu um conjunto de nove itens considerados representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, são eles: capacidade para suportar despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano; atraso no pagamento de rendas ou crédito à habitação; capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe; capacidade financeira para ter a casa aquecida; disponibilidade de TV a cores; disponibilidade de telefone fixo ou móvel; disponibilidade de veículos. A utilização destes nove itens possibilita definir indicadores agregados de privação material das famílias. Assim sendo, uma família é considerada em privação material se estiver impossibilitada de aceder a pelo menos três dos nove itens enunciados, independentemente de quais são os itens a que não têm acesso. Assim, a proporção de famílias em situação de privação indica-nos, a taxa de privação material (INE, 2016). Ainda neste contexto considera-se privação severa quando uma família não consegue aceder a quatro dos itens (INE, 2016). Independentemente da sua conceptualização, a pobreza tem por base a preocupação com as “condições que têm de ser satisfeitas, ou os recursos necessários, para se ter acesso a um dado padrão de vida” (Bruto da Costa, 2008:53). Nesse contexto, a abordagem estatística do INE, e do Eurostat, é do desenvolvimento de medidas de pobreza que combinem componente relativa: risco de pobreza/pobreza monetária (INE, 2016).

Pobreza/Desigualdade

Bruto da Costa (2008) apresenta duas variantes da perspetiva da pobreza: a primeira refere-se aquilo que “o público diz dever facultar-se no nível mínimo – o nível da pobreza desejado.” O segundo refere-se a “aquilo por que o público está disposto a pagar em impostos, como um rendimento mínimo – o nível de pobreza financiável” (Bruto da Costa, 2008: 49). Este conceito obriga, segundo o autor, a efetuar a distinção entre pobreza e desigualdade.

Desigualdade refere-se ao “modo como um dado volume de recursos é distribuído pelas unidades de análise (pessoa, famílias, agregados, etc)” (Bruto da Costa, 2008:52). A pobreza e a desigualdade estão intrinsecamente ligados, dado que a desigualdade e a pobreza afetam-se, direta e indiretamente através da sua ligação com o crescimento económico. A redução/eliminação da desigualdade poderão ser a chave para reduzir a pobreza (Naschold, 2002).

Pobreza/Exclusão social

Embora a pobreza e a exclusão social sejam conceitos distintos, são complementares. Tal como para a pobreza, há diferentes propostas na literatura para exclusão social. De uma forma geral, os autores conceptualizam exclusão social como resultado de ruturas sociais; de desfiliação com a sociedade (Castel, 1995). Quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão (Bruto da Costa, 2008: 63).

Existem no entanto, formas de exclusão que não implicam pobreza. Um bom exemplo são os idosos. Alguns idosos são socialmente excluídos, independentemente do seu nível de rendimentos. Esta forma de exclusão é causada pela organização da sociedade e pelos estilos de vida (Bruto da Costa, 2008: 64). Outra forma de exclusão que não está necessariamente associada à pobreza resulta das várias formas de discriminação e preconceitos que excluem as minorias da sociedade (Bruto da Costa, 2008:64).

Há ainda que ter em conta a pobreza decorrente de deficiência, a doença crónica ou prolongada e famílias monoparentais ou de famílias muito numerosas com um único ativo empregado (Bruto da Costa, 1985). As pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis à pobreza, dado que acumulam limitações físicas, sensoriais ou mentais, além disso são vítimas de representações sociais negativas, existem barreiras à sua participação na vida ativa decorrentes das lógicas de funcionamento das instituições e das estruturas sociais (Silva, 2008). A pobreza e a exclusão inclui ainda, em geral, casos de inadaptação social e delinquência.

Pobreza urbana/pobreza rural

A pobreza mundial tem afetado em particular os habitantes do mundo rural, os trabalhadores não qualificados e os idosos/reformados. As características da pobreza dita rural, incluem a

insuficiente valorização dos recursos humanos; o excessivo peso da economia de subsistência; e a prevalência de condições de vida precárias (Bruto da Costa, 1985). Fome e insegurança alimentar são, expressões da pobreza rural. Muitos dos pobres rurais são agricultores de subsistência, agricultores familiares ou trabalhadores rurais sem terra. A pobreza rural persiste pela pouca importância política conferida ao aumento da produtividade agrícola e as infraestruturas rurais, bem como o acesso aos serviços sociais e à proteção social para as populações rurais ou para facilitar o desenvolvimento das organizações de produtores e consumidores rurais (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2016).

Em contexto urbano, a pobreza afeta diferentes grupos da população, refletindo em geral baixas qualificações, situações vulneráveis do mercado de trabalho, segregação espacial, doenças e comportamentos aditivos. A insuficiente criação de empregos e as elevadas percentagens de pobres entre os operários, assalariados do comércio e trabalhadores de serviços prestados, tem como características as remunerações reduzidas, a baixa qualificação profissional, como também condições de trabalho que se caracterizam por alto grau de penosidade. A destacar ainda a insegurança no emprego como nota típica da situação dos trabalhos manuais não qualificados (Bruto da Costa, 1985). Os ditos “novos pobres” podem viver em habitações razoáveis, segundo os padrões nacionais, podem possuir níveis de instrução básica e até secundária e eventualmente alguma qualificação profissional. As causas mais imediatas deste tipo de pobreza são a falta de emprego e a insuficiência dos ganhos em função do custo de vida (Bruto da Costa, 1985). A caracterização dos novos pobres inclui indivíduos com constrangimentos múltiplos e com vergonha de se exporem e falarem sobre a sua situação. O desemprego assume um papel central na situação vivida que, apesar do seu percurso marcado pelo emprego e pela estabilidade anterior com a aquisição de bens e experiências/saberes, vêm-se obrigados a enfrentar um momento de crise e desestruturação das suas vidas laboral e pessoal (Fernandes, 2012).

2. Pobreza Habitacional

As condições de habitação são um dos quatro domínios de pobreza, juntamente com as condições de saúde, educação e emprego/desemprego (Simões, 2010). A habitação é uma

necessidade básica que reflete a satisfação, qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família (Cáritas, 2014; Maryse, 2008). No mundo, apenas nas zonas urbanas, estima-se que cerca de mil milhões de pessoas vivam em situação de pobreza habitacional (Diogo e Guerra, 2013). As famílias em condições de pobreza habitacional, mesmo que possam ascender a níveis de rendimento acima dos limiares de pobreza são, em geral, consideradas pobres em função do grau de privação que as caracteriza em aspetos fundamentais de habitação e meio ambiente. Este tipo de pobreza apresenta uma forte tendência para transmitir-se intergerações (Bruto da Costa, 1985). Os sem-abrigo são o caso extremo de pobreza habitacional (e, em geral, outras dimensões de pobreza).

Apesar da importância desta dimensão da pobreza, existe dificuldade na sua conceptualização. De acordo com a OCDE (2006), uma habitação deve oferecer um local para dormir e descansar em que as pessoas se sintam seguras, tenham privacidade e espaço pessoal. Deve ainda ser um local onde se possa criar uma família e viver em condições satisfatórias. Uma habitação que não tem o mínimo de conforto, considerando as variáveis: segurança, higiene, equipamentos e elementos de conforto (aquecimento, sanitários, cozinha entre outros), indicia pobreza habitacional (Maryse, 2008). De acordo com Lopes (2012), a dimensão do conforto da habitação pode ser perspectivada tendo em conta três categorias: as condições internas do alojamento (estado de conservação, água canalizada, esgotos, eletricidade, gás), as condições externas do alojamento (acessibilidade, equipamentos sociais, serviços públicos, transportes, espaços verdes, criminalidade) e os bens de conforto (essencialmente bens duráveis). Consideram-se precárias as habitações construídas com material impróprio, as que estão localizadas em locais incorretos e as que obrigam os seus habitantes a dividir equipamentos e instalações sanitárias não satisfazendo os requisitos mínimos de habitação (Genevois e Costa, 2001).

A relação entre as outras dimensões de pobreza e a pobreza habitacional é complexa porque a pobreza habitacional pode igualmente contribuir para agravar outras dimensões da pobreza. De um modo geral, a vivência em zonas degradadas e em habitações precárias são um elemento que coexiste e reforça a pobreza. Existe uma vasta literatura sobre os efeitos nefastos da pobreza habitacional na saúde (World Health Organization, 2016). Os efeitos negativos de vizinhança, normalmente associados à concentração de pobreza habitacional no espaço, podem também reforçar o quadro geral de pobreza do indivíduo (Yinger, 2013). Por outro

lado, os custos relacionados com a manutenção de condições de dignidade nas habitações representam, em geral, uma grande fatia dos orçamentos familiares, incluindo custos relacionados com gás, energia elétrica, água, móveis, entre outros. O peso destes custos nos orçamentos familiares, podem contribuir para a pobreza nos agregados familiares (Tunstall et al, 2013).

Os instrumentos fundamentais para medir a pobreza habitacional incidem nos seguintes parâmetros: tipos de alojamento, regime de propriedade, qualidade da habitação e acessibilidade da habitação em termos de custo. As medidas mais comuns de pobreza habitacional, usadas em geral na análise dos dados na Europa são:

Aspetos de privação – Este(s) indicador(es) referem-se à falta de casa de banho, infiltrações no telhado ou falta de luminosidade.

Sobrelotação - Um dos principais indicadores para avaliar a qualidade das condições de habitação é a disponibilidade de espaço suficiente no alojamento. A taxa de sobrelotação descreve a percentagem de pessoas que vivem em alojamentos sobrelotados, definidos pelo número de divisões à disposição do agregado familiar, a dimensão do agregado familiar, bem como as idades e a situação familiar dos seus membros. A taxa de privação habitacional grave é dada pela percentagem de pessoas que vivem num alojamento sobrelotado e que simultaneamente apresentam, pelo menos, um dos aspetos de privação.

Acessibilidade em termos de custos - Este indicador é fundamental. Refere-se ao peso dos gastos com habitação no rendimento (equivalente) disponível das famílias.

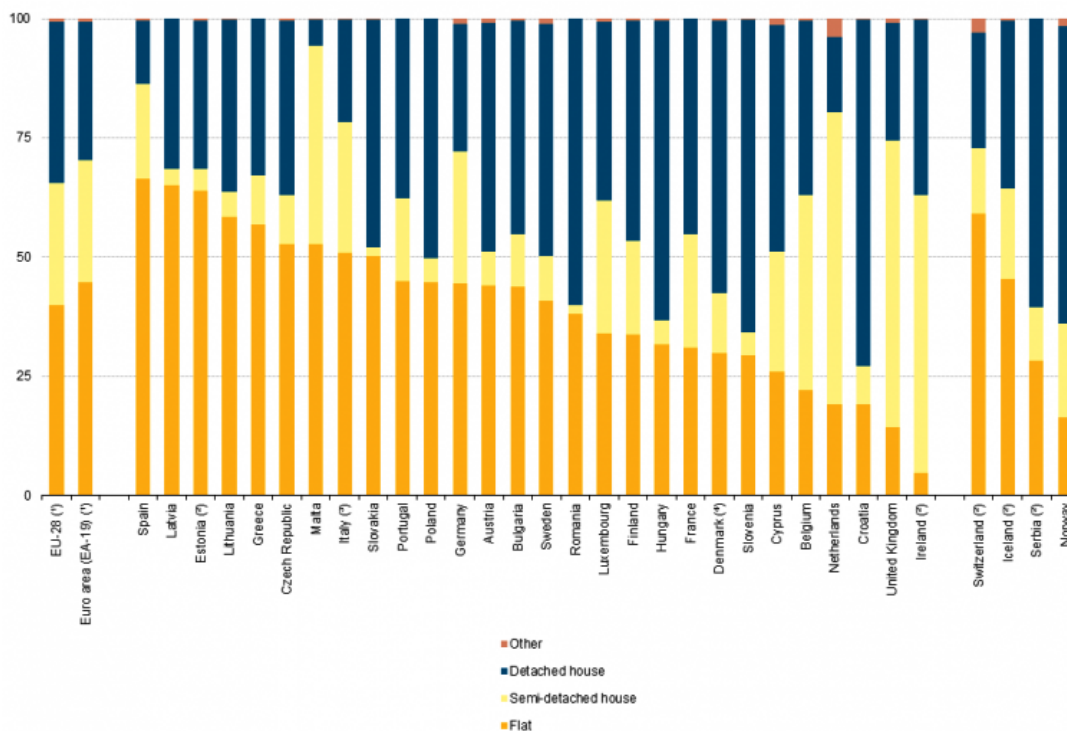
Estado dos edifícios - O presente indicador reflete-se sobre a qualidade da habitação, ou seja, as condições externas e internas do alojamento que foram mencionadas anteriormente para que possam garantir o bem-estar das famílias.

Pobreza habitacional na Europa e em Portugal

Dados do Eurostat, permitem uma ilustração do problema da pobreza habitacional, na Europa. A figura 1 apresenta dados sobre tipo de propriedade, em 2014. De acordo com os dados, 40,0% da população da UE-28, vivia em apartamentos 33,7% em habitações unifamiliares e 25,6% em casas geminadas. Relativamente à propriedade, cerca de 70% da população da UE-28 vivia em casa própria, enquanto 19,1% eram inquilinos que pagavam

rendas a preço de mercado e 10,8% viviam em alojamento de renda reduzida ou gratuito (Eurostat, 2015). A percentagem de população residente em casa própria ascendia no mesmo período a 74,5% em Portugal. O peso da habitação social (alojamento de renda ou gratuito), em Portugal é de cerca de 12,7%, superior à média europeia (Eurostat, 2015).

Figura 1 - Distribuição da população por tipo de habitação

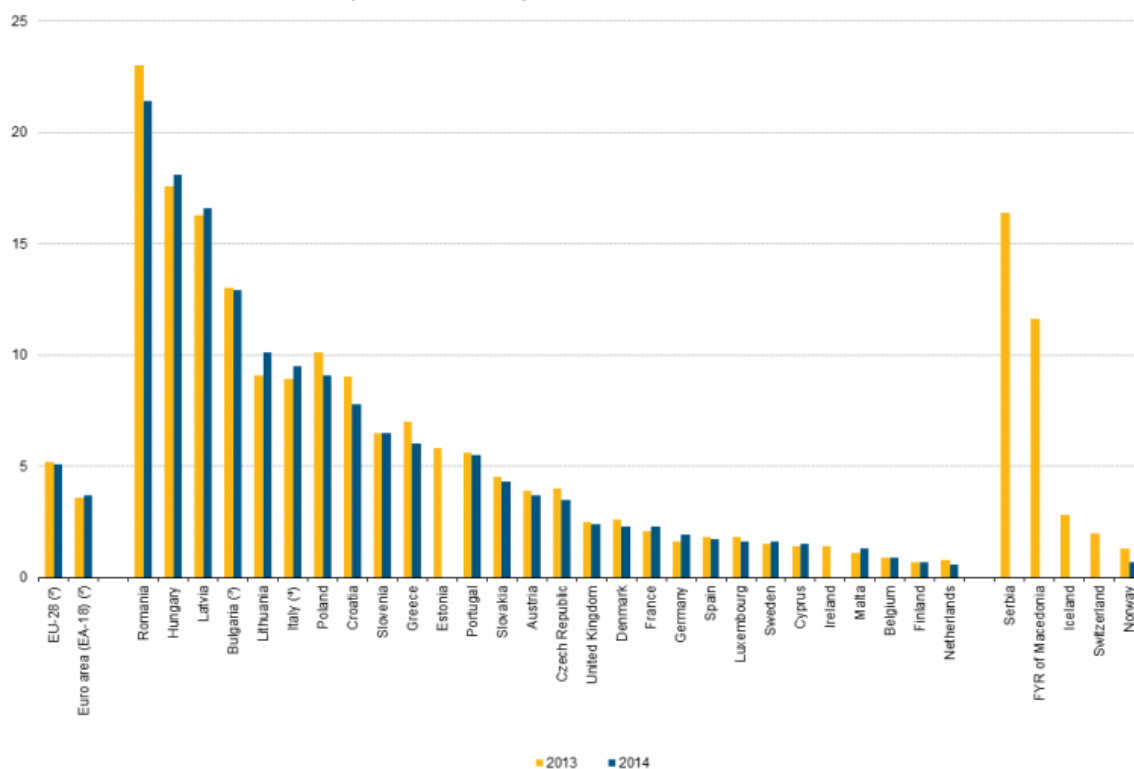


Fonte: Eurostat, 2015

Tal como foi referido, anteriormente, a qualidade da habitação é importante para avaliar as condições de habitação. Os dados do Eurostat, revelam que em 2014, cerca 17,1 % da população da UE-28 vivia em condições de sobrelotação (Eurostat, online). Além da situação de sobrelotação, alguns aspetos da privação de habitação, como a falta de casa de banho, infiltrações no telhado ou falta de luminosidade são tomados em consideração para desenvolver um indicador mais completo da qualidade da habitação. A taxa de privação habitacional grave é dada pela percentagem de pessoas que vivem num alojamento que se considera sobrelotado e que simultaneamente apresenta, pelo menos, uma destas características de privação habitacional. Em Portugal, a situação de sobrelotação fica abaixo da média europeia, situando-se nos 10,3%.

Segundo a figura 2, cerca de 5,1 % da população sofria de privação habitacional grave, em 2014. Importa notar, as importantes diferenças percentuais entre os países. Como podemos analisar pela informação contida no gráfico, na Letónia, Hungria, Roménia, Polónia, Croácia predomina uma maior percentagem de sobrelotação. No lado oposto menos de 1,0 % da população na Bélgica, Finlândia e Países Baixos foi confrontada com a privação habitacional. A percentagem global de pessoas na UE-28 que registava privação habitacional grave reduziu, entre 2013 e 2014.

Figura 2 - Privação grave da habitação, 2013 e 2014



Fonte: Eurostat, 2015

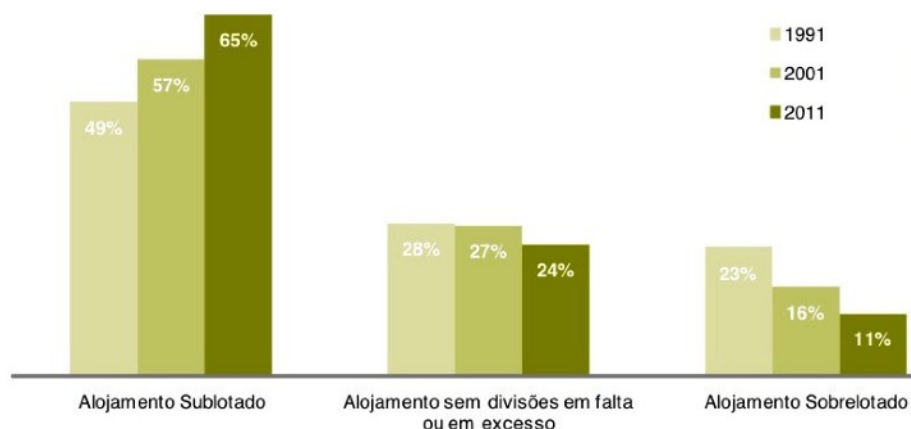
É importante também analisar os dados do peso que os gastos da casa têm no rendimento das populações. Em 2014, 11,4 % da população da UE-28 vivia em agregados que gastavam 40 % ou mais do seu rendimento disponível equivalente com a habitação. Os dados revelados pela Eurostat, evidenciam que, em Portugal, a percentagem (9,2%) está abaixo da média europeia, ou seja, o peso das despesas da habitação no rendimento das famílias é dos mais

baixos da Europa. Em contraste com a Grécia, onde 40.7% da população gasta mais de 40% do seu rendimento com habitação.

Em Portugal, os dados da pobreza habitacional são também analisados pelo Recenseamento Geral da Habitação que fornece, informação sobre o tipo de propriedade, as formas de ocupação, o estado de conservação e as carências habitacionais (INE, 2012). Os resultados dos Censos 2011, no tipo de propriedade: proprietários, arrendatários ou subarrendatários, outras situações (situações de cedência gratuita do alojamento ou ocupação associada a um contrato de trabalho) revelam que a maior parte dos alojamentos eram ocupados pelos proprietários.

As formas de ocupação incidem nos seguintes tipos: alojamento sublotado, alojamento sem divisões em falta ou em excesso, alojamento sobrelotado. Como podemos verificar, através da figura 3, ao longo dos anos (1991,2001,2011) existe um ligeiro aumento nos alojamentos sublotados. No que diz respeito, ao alojamento sem divisões em falta ou em excesso, os valores têm-se mantido constantes, não havendo qualquer acréscimo ou decréscimo gradual. Por outro lado, nos alojamentos sobrelotados nota-se um decréscimo, desde 1991 até 2011. Comparando as estatísticas do Eurostat, os dados sugerem uma melhoria importante das condições de habitação, quando medidas pela sobrelotação. Portugal tem uma percentagem ligeiramente superior à média, mas distante dos países da Europa do Norte e Central. Assim, quando comparado só com os países da Zona Euro os dados revelam uma taxa de privação ainda bastante elevada em Portugal (figura 1). Como esperado, são maioritariamente os agregados familiares com rendimentos abaixo de 60% do rendimento médio, vivem em habitações arrendadas ou gratuitas (Eurostat, online).

Figura 3 - Alojamentos familiares por índice de lotação



No que diz respeito ao estado de conservação, de acordo com os dados do INE, em 2011, cerca de 24% habitações necessitavam de reparações, enquanto 5% precisavam de pequenas e médias reparações. Ou seja, os dados revelam que a habitação em Portugal, apresentava um bom estado de conservação. No que concerne, ao total das carências habitacionais, em 2011, o número de alojamentos com carências era de 132 656 alojamentos.

Pobreza habitacional em Braga

Os dados que temos disponíveis sobre pobreza habitacional são apresentados por Distrito. O concelho de Braga é parte integrante do distrito de Braga. O Distrito de Braga, encontra-se na região Norte do país, com uma área territorial de 2 707 quilómetros quadrados, correspondente a cerca de 35% da área total do País. O concelho de Braga é a área mais urbanizada deste distrito. Segundo, os dados do INE, entre 2011 e 2012, no distrito de Braga existiu uma diminuição no número de edifícios concluídos (de 2 624 edifícios para 2 558 edifícios). Sendo que 85.3% corresponde a construções novas. Segundo o V Recenseamento Geral da Habitação do INE, em 2011, existiam 268 462 edifícios. A maioria destes edifícios (57.4%) referia-se a edifícios com dois pisos (154 001 edifícios), seguindo-se os edifícios com um piso (28.1%, 75 403 edifícios), os edifícios com três pisos (10.7%, 28 854 edifícios) e, por último, os edifícios com quatro ou mais pisos (3.8%, 10 204 edifícios) (Alves, 2015). Entre 2001 e 2011, diminuíram os alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, sem água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias, o que representa 13.6% do total de alojamentos familiares ocupados na região Norte, sem qualquer tipo de instalações.

Mais especificamente, em 2011, registaram-se 1 225 alojamentos sem retrete/esgotos, 1 458 alojamentos sem água canalizada, 5 545 alojamentos sem instalação de banho/duche, 254 362 alojamentos sem ar condicionado e 32 722 alojamentos sem aquecimento, eletricidade, cozinha e/ou esgotos. Apesar disso, ainda existiam, em 2011, 289 alojamentos sem nenhuma destas instalações. Em 2010, 10.4% dos agregados privados possuíam ar condicionado, 99.7% possuíam fogão, 82.9% tinham micro-ondas, 99.5% tinham frigorífico/combinado, 54.2% arca congeladora, 80.9% tinham aspirador, 95.5% tinham máquina de lavar roupa e/ou secar roupa, 41.4% máquina de lavar loiça, 67.7% tinham telefone, 99.3% tinham televisão por cabo ou satélite, 43.3% tinham leitor de CD, 64.3% tinham rádio, 55.5% tinham leitor de

DVD, 16.9% tinham câmara de vídeo, 49.1% tinham material fotográfico e 57.2% tinham computador (Alves, 2015).

3. Política social de habitação

As políticas públicas correspondem ao conjunto das iniciativas e decisões do Estado, nas suas diferentes escalas de intervenção, com a finalidade de promover o bem-estar da população e a gestão dos recursos disponíveis. Abrangem todas as áreas da vida social e, nos regimes democráticos, são o resultado da conjugação de vontades, interesses e prioridades de cujo equilíbrio se compõe o bem comum que ao Estado compete preservar e desenvolver. A razão de ser das políticas públicas é a resolução de problemas de organização e funcionamento da sociedade. Na sua diversidade conferem expressão concreta à ideia de Estado como entidade tutelar e, de certa forma, como entidade soberana e de representação de interesses sociais. As políticas públicas constituem, na sua essência, um conjunto coordenado de programas de ação aplicáveis a determinados setores da sociedade (Fadigas, 2015).

As políticas públicas de habitação social procuram, por um lado, resolver problemas do mercado decorrentes das fortes externalidades associadas à habitação com dignidade e as dificuldades de acesso das populações ao crédito bancário, e por outro lado promover a equidade e igualdade de oportunidades. As políticas que procuram combater a pobreza habitacional estão sobre enorme julgamento, nomeadamente pelo seu potencial efeito negativo nos incentivos ao trabalho e à mobilidade. A evidência é no entanto escassa e contraditória (Tunstall et al, 2013).

O modelo de organização e financiamento da política social de habitação difere muito entre países Europeus. Os relatórios europeus retratam a diversidade e modelos e os desafios que o sector enfrenta (Pittini et al. 2015; European Parliament, 2013). O investimento público, em habitação social, é em geral baixo na Europa não ultrapassando, em média, 0.1% do PIB dos países (European Parliament, 2013).

Em Portugal, o direito à habitação é um dos direitos sociais consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), no Artigo 65°. Para tal a CRP, ponto 2 do artigo 65°, estipula que compete ao Estado programar e executar uma política de habitação e no ponto 3, estipula que compete ao Estado “adoptar uma política tendente a estabelecer um sistema de renda

compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.” Apesar da consagração constitucional, os gastos públicos em políticas de habitação são tradicionalmente dos mais baixos da Europa, e registaram uma significativa baixa (European Parliament, 2013).

A política de habitação portuguesa é, em geral, da responsabilidade do governo, sendo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) o órgão responsável pela implementação dessa política (Barreto, 2010). O IHRU foi criado em 2007 e resulta da redenominação do antigo Instituto Nacional de Habitação (INH), tendo nele sido integrados o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (Centro Habitat, 2016). É no contexto dos Planos Directores Municipais que existem as soluções locais para as questões de habitação, estes podem constituir uma base para a resolução dos vários problemas de habitação. No quadro das políticas de habitação, a dimensão social tem um papel importante e, no quadro global das políticas de integração social, o INH tem procurado trabalhar diretamente com diversos programas como o Programa da Luta Contra a Pobreza, o programa Integrar, o programa *Urban*. O INH tem ainda desenvolvido ações de dinamização de parcerias com parceiros de vários setores, pondo em contacto a administração central e a sociedade civil, em especial com instituições de solidariedade social ou organizações não-governamentais (INH, 2000).

Após a consagração do direito constitucional à habitação, a política social de habitação baseou-se na construção de bairros sociais (os primeiros foram os anos 20), em medidas de proteção ao arrendatário, nomeadamente o controlo de rendas e/ou na dinamização do setor privado (Simões, 2010). A política habitacional assumiu uma natureza mais social a partir de 1993 com a elaboração do PER (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), entre outros programas de realojamento, assim como sistemas de apoio ao arrendamento (para jovens ou rendas apoiadas). Surgiram, ainda, habitações sociais para venda (CDHs -contratos de desenvolvimento para habitação), habitação cooperativa e habitação municipal. O PER, lançado foi alvo de muitas críticas, mas é para alguns o programa mais ambicioso da política habitacional portuguesa (Cachado, 2013). O programa teve como objetivo a erradicação das habitações precárias nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, sendo que o Estado se comprometeu a participar

50% dos custos de promoção, cabendo o restante aos municípios, através do financiamento do INH (Instituto Nacional de Habitação).

Em 1996, foi lançado o programa PER-Famílias, que se destinou a apoiar as famílias enquadradas pelo PER, através de comparticipação para aquisição de casa própria ou reabilitação das suas habitações (Amorim, 2012). Ainda nos anos 90, no âmbito do INH (Instituto Nacional de Habitação) e do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), foram lançados vários programas SOLARH (solidariedade e apoio na recuperação de habitação), RECRIA, RECRIPH E REHABITA, com o objetivo de promover a venda, o realojamento ou o arrendamento, a promoção cooperativa e a promoção por empresas privadas em contratos de desenvolvimento para a habitação.

Em 2004, Programa de Financiamento para Acesso à Habitação - PROHABITA, surgiu com o objetivo de dar resposta às necessidades de habitação dos agregados familiares carenciados residentes em território nacional, pondo em evidência uma mudança de paradigma da habitação social (Amorim, 2012) através do envolvimento de vários *stakeholders* nomeadamente entidades privadas, setores cooperativo e social, a partir de um diagnóstico, para a construção ou reabilitação de apartamentos para pessoas carentes (Barreto, 2010). A última reforma à lei de arrendamento, ocorreu em 2012, como parte do programa de ajustamento económico acordado com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e do FMI (Pittini et al, 2015).

A crise económica afetou diversos países de diferentes formas, assim como as suas políticas sociais de habitação. O principal impacto foi do lado da procura: as necessidades habitacionais da população aumentaram pelo que seria necessário a construção de novas habitações sociais. No entanto, tal como referimos o investimento na política de habitação estagnou em valores muito baixos.

Em geral, a política de habitação em Portugal, nas últimas décadas tem como foco principal permitir que as famílias adquiram uma habitação, facilitando o acesso ao crédito da habitação (Pittini et al., 2015). A política social dirigiu-se aos segmentos pobres da população, sem acesso ao crédito. De acordo com Simões (2010), as políticas de habitação seguidas por Portugal têm tido consequências: a classe média fica excluída destas políticas, ficando entregue a si própria na procura de habitação e aos créditos bancários; e a classe mais baixa

fica isolada, à parte das outras classes, uma vez que as atuais políticas de habitação são excludentes relativamente a esta classe.

Em Portugal, o setor público, cooperativo e voluntário assumem um papel importante nas respostas para a pobreza habitacional. As autarquias são os principais responsáveis pela atribuição da habitação social. O financiamento resulta do apoio do Estado com a implementação do programa IHRU no investimento para a construção que podem ser de dois tipos: doações e subsídios. Além disso, existem protocolos de cooperação entre os municípios e as cooperativas para cedência de terras com o principal objetivo de construir alojamentos (Housing europe, online).

Assim, podem os fazer referência a algumas respostas privadas. De acordo com Guerra (2013) as respostas privadas, assentam cada vez mais em parcerias com entidades privadas e valoram sobretudo: funcionamento do mercado de habitação mais equilibrado e ajustado; orientação das políticas de habitação para uma intervenção através do mercado privado; orientações de apoio público para grupos específicos (população com deficiência, famílias de menores rendimentos, grupos em circunstâncias temporárias especiais); desenvolvimento de um planeamento urbano mais articulado com as dinâmicas sociodemográficas e com as condições de habitabilidade, e dessa forma com as políticas sociais.

Genericamente podemos referir um conjunto de iniciativas que têm desenvolvido esforços na área da pobreza habitacional. A Associação Humanitária Habitat, é uma filial da associação Habitat for Humanity, organização sem fins lucrativos filiada em mais de 70 países e que, desde 1976, já ajudou mais de 1.00.000 famílias em todo o mundo, garantindo uma habitação segura, digna e de baixo custo (Habitat, 2016). A fundação EDP, criou em 2004, o programa EDP solidária tem como objetivo apoio a projetos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações mais desfavorecidas. O EDP Solidária apoia já 171 projetos em todo o país, sendo que a pobreza habitacional é uma das categorias de intervenção (Fundação EDP, 2016). Através do G.A.S. Porto, o projeto: RHIS - Reabilitação Habitacional e Intervenção Social pretende desenvolver um serviço de prestação de assistência técnica e social a idosos em extrema carência social e habitacional no Porto. A Fundação Manuel António da Mota, surge em 2009, sediada na cidade do Porto, tem por fins a promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de natureza social nos domínios da beneficência e

solidariedade social, nas mais diversas áreas incluindo também a habitação (Fundação Manuel António da Mota, 2016). Surge em 2010 a Just a Change, associação sem fins lucrativos, que reabilita casas de pessoas carenciadas e desenvolve dois grandes projetos: Reabilitar a Cidade e o Portugal Rural. O projeto “Reabilitar a Cidade” prevê a reabilitação de casas degradadas em zonas urbanas, mais do que intervir apenas nas casas, a associação pretende levar a esperança a famílias carenciadas através de uma habitação digna; o programa “Portugal Rural”, trabalhando o mesmo objetivo, pretende levar a sua missão às vilas e aldeias mais isoladas de Portugal (Just a change, 2016).

4. Enquadramento Metodológico da Análise Empírica

A presente investigação é uma investigação de natureza qualitativa. A investigação qualitativa está vocacionada para a análise dos casos concretos, nas suas particularidades de tempo e espaço, partindo de mudanças e atividades das pessoas nos seus contextos próprios (Flick, 2005). As ideias centrais da pesquisa qualitativa são a escolha correta dos métodos, o reconhecimento e análise de diferentes perspetivas e, a reflexão do investigador sobre a investigação (Flick, 2005). Ou seja, entende-se como um conjunto de normas que expressa uma ordem estabelecendo uma relação com a realidade que se procura conhecer e a estrutura do método a seguir. São três as características da investigação qualitativa a que os investigadores devem prestar atenção. A primeira é que os estudos qualitativos dizem respeito às experiências humanas; a segunda é que as experiências têm carácter subjetivo; e a terceira, que o conhecimento qualitativo é ideográfico e construído durante a investigação (Benjumea, 2015). O método qualitativo centra-se na realidade humana. A pesquisa qualitativa foca-se na subjetividade da experiência e os dados devem refletir isso (Benjumea, 2015). O presente trabalho apresenta uma abordagem de investigação qualitativa, uma vez que este tipo de investigação dá maior ênfase à descrição e à compreensão dos fenómenos sociais através da interpretação do seu sentido, na realidade onde se inserem. Assim, neste trabalho procuramos centrar a nossa investigação na compreensão da realidade em estudo, a pobreza habitacional. Partindo da descoberta e da interpretação dos seus significados. Explorando as respostas públicas e respostas das organizações sem fins lucrativos através da compreensão do problema, investigando o que está por de trás de certos comportamentos, atitudes e convicções.

Nesta investigação a pergunta de partida é “Perceber e comparar as diferenças nas alternativas de apoio à habitação no concelho de Braga?” Esta pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor desta investigação.

Objetivos de investigação

Assim sendo, o objetivo fundamental deste trabalho é contribuir para melhor compreender esta realidade, a dimensão da pobreza habitacional e as diferentes respostas sociais de apoio, para que se possa combater este mesmo problema de forma mais eficaz. Os objetivos deste trabalho de investigação incluem a apresentação e comparação de respostas públicas e privadas de apoio à pobreza habitacional. Este objetivo passa por explicar as tipologias de resposta e, posteriormente, realizar uma comparação que irá incidir em diversos parâmetros: conceito de pobreza habitacional, missão/visão/valores, modelos de atuação, parceiros, famílias e expetativas. De forma a conseguirmos alcançar estes objetivos pretendemos analisar as dimensões previamente referidas, sendo que cada uma delas impõe certas especificidades. Assim, considerando a revisão da literatura, bem assim como os objetivos expostos, apresentamos as principais dimensões que irão ser estudadas, tal como podemos analisar na figura e no texto que se segue.

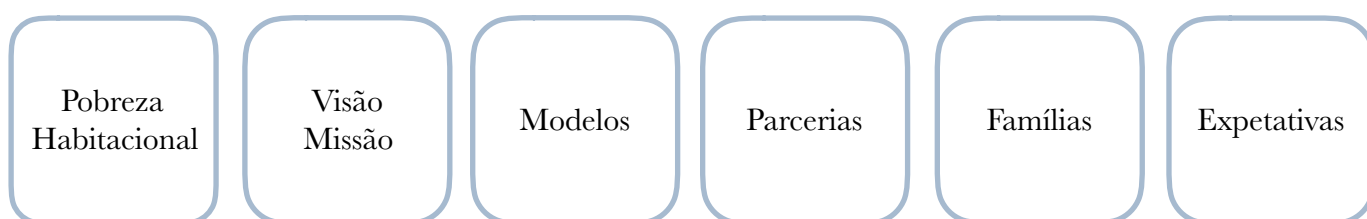


Figura 4 - Dimensões de análise

Pobreza Habitacional - Apesar dos vários estudos efetuados, a pobreza habitacional continua a ser um problema que afeta várias pessoas pelo mundo, sendo que na literatura existe uma

falta de concordância e dificuldade na sua definição. Esta dimensão de análise pretende ser um ponto de partida para o debate e reflexão da pobreza habitacional.

Missão/Visão/Valores - Compreender a importância, sucesso e caminho das organizações que desenvolvem os seus trabalhos nesta área.

Modelos - O modelo de financiamento das respostas privadas e públicas é substancialmente diferente, ou seja, os recursos financeiros e económicos podem variar de acordo com diversas variáveis, como por exemplo as rendas sociais/arrendamento que são cobradas aos moradores, doações ou fundos monetários. Também o modelo de ação apresenta formatos distintos, naturalmente influenciados pelas estratégias definidas pela organização.

Parceiros - O fenómeno da pobreza deve ser encarado, não só pela intervenção do Estado e das suas políticas mas pelo envolvimento de parcerias locais, bem assim como atuação de organizações sem fins lucrativos, permitindo uma melhoria no bem-estar social e no funcionamento atual e futuro. Além disso, as parcerias enriquecem a interpretação e explicação de processos e resultados organizacionais, sendo que as famílias poderão, também, ser consideradas como parceiras.

Famílias - Devido aos problemas habitacionais, as famílias recorrem a diferentes respostas sociais. O processo de seleção, e o acompanhamento poderá ser distinto dependendo de cada resposta. Além disso, existem diversos fatores, nomeadamente, a participação, responsabilidade, cultura (etnia) que podem condicionar ou não o processo de admissão/ajuda de cada família.

Expectativas - Pretende-se compreender a motivação das diferentes respostas sociais, analisar os seus desempenhos e perspetivar possíveis resultados futuros.

Técnicas de recolha de informação

As ferramentas a adotar neste trabalho de investigação são as entrevistas e a análise documental. As entrevistas distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana que permitem retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados (Quivy, 2003). A entrevista é recomendada

como uma das ferramentas para a recolha de dados uma vez que apresenta como vantagens, o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, a flexibilidade e a fraca diretividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência. Em investigação social, as entrevistas estão associadas a um método de análise de conteúdo sistemática (Quivy e Campenhoudt, 2008). Neste trabalho serão identificados e entrevistados, os mais importantes stakeholders locais, com a finalidade de perceber quais as alternativas de apoio à habitação, no concelho de Braga. Esta categoria de interlocutores inclui as pessoas que, pela sua posição, ação ou responsabilidade, têm conhecimento do problema (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Para realizarmos este trabalho foi necessário contactarmos a Bragahabit e Habitat for Humanity. Foram identificados pelas próprias organizações os seus principais interlocutores e depois disso os mesmos foram contactados pela investigadora. A entrevista ao Administrador Executivo da Bragahabit realizou-se nas instalações da empresa municipal Bragahabit, em Braga, no início de Junho de 2016. A entrevista ao Coordenador geral da Habitat for Humanity foi na sede da organização, em Braga, no início de Julho de 2016. Antes do início das entrevistas obtivemos autorização para gravação das mesmas, posteriormente as entrevistas foram transcritas na íntegra. Para a realização das entrevistas, utilizamos um guião (ver anexo) com diferentes dimensões para facilitar a organização da entrevista. As entrevistas foram transcritas e posteriormente tratadas de acordo com o método de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica normalmente utilizada para a análise e tratamento de dados qualitativos, cujo principal objetivo se prende com uma análise mais detalhada das entrevistas (Bardin, 1997). A análise de conteúdo das entrevistas passou por três momentos: (1) a pré-análise, onde se procedeu a uma leitura geral das entrevistas já transcritas; (2) a fase de exploração, na qual as mensagens são categorizadas e (3) o tratamento dos resultados e interpretação dos mesmos. Posteriormente foi feita uma análise aos resultados das entrevistas, cruzando os resultados com a análise documental e análise teórica desenvolvida neste trabalho de investigação. A análise documental é uma técnica de recolha de informação necessária (Pardal, 1995) permitindo a recolha de informações complementares para enriquecer o estudo. Relativamente à pesquisa documental, esta investigação irá analisar detalhadamente, o plano estratégico de habitação do município de

Braga, bem assim como os planos estratégicos e de ação da Habitat for Humanity Portugal - Associação Humanitária Habitat. Estes métodos são concebidos para ajudarem o investigador a adotar uma abordagem penetrante do objeto de estudo e, assim, encontrar ideias e pistas de reflexão esclarecedoras.

Apresentação do caso de estudo - Habitat for Humanity Portugal

A Associação Humanitária Habitat, doravante Habitat, é uma filial da associação *Habitat for Humanity*, organização filiada em mais de 70 países. É visão da Habitat que deve existir “um mundo onde todos tenham um lugar decente para morar”. A missão é “procurar colocar o amor de Deus em prática, a Habitat for Humanity junta pessoas para construir casas, comunidades e esperança”. Os princípios da Habitat incluem: demonstrar o amor de Jesus Cristo; trabalhar com todos os tipos de crenças (não procura converter); dar foco à habitação; sensibilizar para a questão da pobreza habitacional; promover a dignidade e a esperança; apoiar um desenvolvimento sustentável e transformacional. Desde 1976, a Habitat Internacional já ajudou mais de 1.00.000 famílias em todo o mundo, garantindo a mais de 5.000.000 de pessoas uma habitação segura, digna e de baixo custo (Habitat, online).

No mundo, a Habitat for Humanity, faz o seguinte trabalho:

Construção e reabilitação - A principal área de atuação da Habitat é a construção ou reconstrução de casas para famílias carenciadas, com ajuda de famílias, voluntários e doações de dinheiro e materiais. Os princípios de construção são habitações simples, decentes e acessíveis.

Habitação sustentável - Na Europa e na Ásia Central, estima-se que 25-40% do consumo de energia é gerado pelas famílias, sendo que, a maior parte desta energia é consumida para o aquecimento durante os meses de inverno. Por causa das habitações não possuírem condições como o bom isolamento, muita energia é desperdiçada. A Habitat pretende reforçar a construção sustentável ajudando as famílias a reduzir os seus gastos energéticos e contribuindo para o ambiente.

Microcrédito - Grande parte da população mundial, vive com um rendimento que não permite fazer face às despesas do dia-a-dia. Apenas 20% das famílias nos países em desenvolvimento tem acesso ao setor financeiro (Habitat, online). Os restantes têm acesso a crédito, poupança e hipotecas. A Habitat financia a construção da casa que será paga pelas famílias, sem juros, de acordo com os seu rendimento disponível.

Desastres Humanitários - Em todo o mundo, a cada ano, acontecem desastres naturais, guerras, conflitos e distúrbios civis. A Habitat, pretende desenvolver modelos de habitação e de assistência com abrigos inovadores para as pessoas afetadas pelos desastres mencionados anteriormente que lutam para reconstruir as suas habitações.

Advocacia – A Habitat promove a mudança de políticas e sistemas para eliminar barreiras a uma habitação adequada e acessível.

Grupos vulneráveis - A Habitat, ajuda famílias vulneráveis através de empréstimos, que normalmente, são utilizados para reconstrução do telhado, sistemas de aquecimento, isolamento, saneamento. Para as pessoas com deficiência, a Habitat lançou um projeto para adaptar a habitação às necessidades especiais deste grupo vulnerável. Como por exemplo, os apartamentos são reconstruídos com portas largas, espaços extras instalações sanitárias (habitat, 2016).

A Habitat For Humanity Portugal, sediada em Braga, ajuda famílias a ter uma habitação digna a famílias em pobreza habitacional sem possibilidade de requerer um empréstimo bancário. A Habitat intervém nas seguintes situações: construções de raiz; reconstruções; reparações; reabilitações; reconversão de equipamentos. Desde a sua fundação em 1996, a filial de Braga já apoiou mais de 65 famílias a terem uma casa “digna” e “segura” e “acessível”, ajudando cerca de 250 pessoas. A Habitat Braga é a única filial em Portugal, com dois escritórios um em Braga e outro em Amarante. É de salientar, que as famílias ajudadas participam na construção da sua própria casa e nas casas de outras famílias ajudadas.

A BragaHabit é uma empresa municipal de apoio à habitação, de Braga. Tem como missão colmatar a pobreza habitacional, através dos apoios sociais à habitação. A empresa municipal pretende diagnosticar os problemas socioeconómicos das famílias, acompanhando-as e orientando-as em conjunto com outras parcerias locais. A Bragahabit tem protocolada com a Cruz Vermelha Portuguesa, Centro de Solidariedade Braga – Projecto Homem, Casa de Saúde do Bom Jesus e a Cáritas Arquidiocesana, a gestão de habitações detidas pelo município ou pela Bragahabit, dirigidas a indivíduos com problemáticas específicas, que necessitam de maior acompanhamento e supervisão por parte das entidades envolvidas. É ainda da responsabilidade da empresa conservar e reabilitar o património municipal edificado, designadamente os bairros sociais. A seleção das famílias é feita através do regulamento da Bragahabit que rege-se por uma matriz de classificação, conforme artigo 10º da Lei n.º 81/2014.

5. Apresentação e discussão de resultados

Neste capítulo será exposta a informação recolhida nas entrevistas, articulando com a análise documental e com a revisão da literatura. Para melhor compreensão, identificamos os entrevistados da seguinte forma: representante da Bragahabit com E1 e representante da Habitat com E2.

Pobreza Habitacional

Um dos primeiros objetivos das entrevistas foi compreender o conceito e a dimensão da pobreza habitacional, percecionada pelas organizações no sentido de melhor compreendermos a forma como as organizações consideram o referido conceito, assim como compreender a forma como desenham as suas políticas de atuação.

O sítio da Internet da Bragahabit refere que “não se vive a cidadania sem habitação condigna” no entanto o E1 apresentou alguma dificuldade na identificação do conceito de pobreza habitacional, referindo:

“(..) desconheço a designação(...)” (E1)

Por sua vez o sítio na *Internet* da Habitat for Humanity identifica a sua missão cujo principal objetivo é ter “um mundo onde todos tenham um lugar decente para morar.” Sendo que E2 referiu:

“ (...) pobreza habitacional é (...) a parte financeira. As famílias não têm capacidade pagar uma prestação de uma casa.” (E2)

A Habitat considera que os principais problemas habitacionais implicam uma visão holística, integradora e participada, sublinhando a diversidade e pluralidade deste tipo de resposta, desenhada de acordo com as especificidades de cada família, permitindo construir uma resposta personalizada e ajustada a diferentes realidades e contextos, promovendo a dignidade e o desenvolvimento sustentável das famílias.

Considerando os vários documentos analisados, podemos afirmar que, apesar das circunstâncias específicas de cada uma das organizações analisadas, as referências feitas à questão da pobreza habitacional são, genericamente, concordantes, referindo os aspetos centrais identificados na literatura. Por exemplo, uma habitação que não tem o mínimo de conforto, considerando as variáveis: segurança, higiene, equipamentos e elementos de conforto (aquecimento, sanitários, cozinha entre outros), indica pobreza habitacional (Maryse, 2008).

Modelos

Neste ponto iremos referir os modelos de financiamento e os modelos de ação, usados por cada uma das organizações estudadas. Tal como já referimos anteriormente, as respostas privadas e públicas, em termos de modelos de financiamento, são desenhadas em torno de perspetivas múltiplas que assumem formatos substancialmente diferentes. O mesmo se aplica aos modelos de ação, já que estes também seguem linhas orientadoras distintas.

Neste sentido, os recursos económicos e financeiros da empresa municipal recorrem a um contrato programa com o Município que consiste na atribuição de um subsídio anual. Foi previsto, para o presente ano de 2016 uma verba de 200 mil euros. Por outro lado, atribuição de subsídios diretos ao arredamento, não gera qualquer rendimento. Porque a Bragahabit não tem meios financeiros para fazer face aos pedidos de cerca de 140 famílias para apoio à habitação. É através deste regime que a empresa municipal, pode dar resposta ao aumento dos

problemas económicos e financeiros das famílias do concelho de Braga (Plano de atividades anual e plurianual 2015-2018).

“O modelo de financiamento (...) da Bragahabit são as rendas sociais que cobra, o chamado arrendamento. São baixíssimas, não são suficientes para suportar a organização. Portanto é através dos apoios do contrato programa do próprio município que nos veio o restante parcela dos recursos.” (E1)

“Isto é, o arrendamento apoiado depende e é muito limitado, se estamos a falar da casa da Bragahabit, estamos a falar de cerca de quase 600 fogos. Esses 600 fogos (...) têm um índice ou um grau de mobilidade de cerca 1% ao ano. Isto é, entre 5 ou 6 casas, vago por morte ou por abandono só essas casas são usadas (...) para realojar outra família (...)” (E1)

Portanto, estamos a falar de um modelo de financiamento que se apoia em fontes diversas, dinâmica absolutamente essencial para a sobrevivência da organização que replica formas de organização no sentido de assegurar a sustentabilidade desta resposta pública.

A Habitat for Humanity Portugal é uma organização sem fins lucrativos e por esse motivo os fundos angariados tornam-se essenciais para a realização dos seus objetivos.

O maior volume de fundos vem do programa Global Village através de um donativo individual dos voluntários internacionais. A nível nacional, a associação recebe ainda donativos em dinheiro, donativos em material e/ou doação de terrenos.

“Recebemos doações que é o grosso do nosso financiamento. Em dois campos, um a nível internacional que são os grupos de voluntários que vêm para cá trabalhar, não só pagam as despesas todas, como dão horas de voluntariado e deixam donativos. É com esses donativos que construímos as casas. Depois a nível local, nacional temos empresas que nos apoiam, ou com outro tipo de donativos pessoais.” (E2)

A sustentabilidade financeira da Habitat for Humanity provém ainda das rendas sociais que são cobradas aos moradores. A família a ser ajudada deve possuir rendimentos suficientes que

lhes permitam o pagamento da sua futura casa, além disso não devem ter dívidas avultadas que venham a comprometer o seu compromisso estabelecido com a Habitat.

“As famílias pagam uma prestação mensal sempre de acordo aos seus rendimentos. A nível financeiro é importante para nós essas prestações das famílias (..) mais casas construímos, mais podemos crescer. Não sendo uma parte essencial no nosso financiamento é importante sem dívida alguma.” (E2)

Assim, considera-se que o modelo de financiamento da Habitat é muito dependente do formato doações, o que naturalmente poderá fragilizar a organização.

Relativamente aos modelos de ação, as organizações apresentam formatos distintos, intimamente relacionados com as linhas orientadoras das suas estratégias.

A Habitat for Humanity, constrói casas familiares, que serão propriedade das famílias. Assenta em princípios sustentáveis, nomeadamente num estilo simples mas com todas as condições de habitabilidade necessárias para as famílias, aposta na qualidade através dos materiais de construção disponíveis nos locais. A base de todo o trabalho desenvolvido na organização é o voluntariado. Existem várias formas de fazer voluntariado na Habitat, sendo que o voluntariado é uma tentativa declarada da organização aproximar comunidades e fomentar o desenvolvimento de uma cidadania ativa, no sentido de pedir a cada indivíduo que assuma as suas responsabilidades no todo que é a sociedade. Os voluntários poderão desenvolver atividades na área da construção, poderão fazer parte de diversas comissões que desenvolvem o trabalho que antecede a própria construção ou poderão participar em atividades pontuais, divulgadas pela própria organização.

Um dos aspetos mais relevantes na forma de atuação da Habitat é que as casas são construídas por voluntários nacionais e internacionais. Os voluntários internacionais vêm a Portugal através do programa de voluntariado da Habitat for Humanity International - Global Village (ver designação do programa no anexo nº1). O voluntariado nacional envolve escolas e empresas. Uma vertente cada vez mais importante no voluntariado é a participação de empresas através do programa de team building.

“É um programa (Global Village) da própria Habitat internacional em que se deslocam grupos de voluntários para outros países, neste caso para Portugal que vêm para cá

construir e ajudar, pagando todas as suas despesas de alimentação, alojamento e viagem.” (E2)

“O voluntariado é sem dúvida um dos pilares essenciais da Habitat. Não só da parte da construção mas tudo o que está por trás a mão-de-obra, direção e comissões. Todos são voluntários.” (E2)

A Bragahabit tem como missão “conservar e reabilitar o património municipal edificado, designadamente os bairros sociais”, e não propriamente a construção. Os apoios à habitação disponibilizados pela Bragahabit são: (i) o regime de Arrendamento Apoiado para habitação, atribuição de direitos de habitação temporários em habitações detidas, direta ou indiretamente, pelo município de Braga ou pela Bragahabit; (ii) o regime de Apoio Direto e ao Arrendamento que atribui um subsídio à renda, calculado em função do rendimento corrigido dos agregados, de acordo com a tipologia adequada à composição do agregado; (iii) o regime de Residências Partilhadas que atribui o direito de habitação gratuito a pessoas isoladas de baixos rendimentos, em habitações detidas ou arrendadas pela Bragahabit, e que partilham com outros utentes deste regime.

Tal como referido na revisão da literatura, são os Planos Diretores Municipais que apresentam soluções locais para as questões relacionadas com a habitação, sustentado a sua atuação nas políticas sociais de habitação. No caso da Bragahabit, devido às dificuldades de sustentabilidade financeira referidas no plano de atividades da organização (2015), não foi possível criar mecanismos que garantissem a conservação do seu património. Posto isto, o Programa social de apoio à recuperação degradada (reabilitação das habitações das famílias carenciadas do concelho de Braga) e a medida SOS Lar que visava melhorar a qualidade da habitação dos munícipes mais vulneráveis como são os casos dos idosos, das pessoas com deficiência ou doença prolongada, não foram levados a cabo porque a empresa municipal se encontra numa situação frágil e não dispõe de meios financeiros para tal. No entanto, propõe-se em continuar a realizar algumas intervenções, nomeadamente, rotura das canalizações, infiltrações de água ou problemas elétricos para garantir as condições mínimas de habitabilidade (Plano de atividades anual e plurianual 2015-2018). Sendo que o mesmo documento refere que “a reabilitação e renovação dos bairros sociais será um dos principais objetivos para os próximos anos”, as intervenções nos bairros não passarão unicamente pela

reabilitação, mas incluirão melhorias prioritárias sob o ponto de vista das suas condições de eficiência energética.

Parcerias

O trabalho em parceria tem sido considerado como um dos princípios mais ativos da intervenção local, permitindo maximizar os recursos das comunidades (Parente, 2014). As parcerias não são uma novidade, sendo que um dos entrevistados refere que a organização está envolvida em iniciativas com parceiros internacionais e locais.

No modelo de ação apresentado pela Habitat for Humanity, as famílias participam na própria construção da habitação, ou seja, um dos princípios da organização é a família trabalhar um determinado número de horas na construção das próprias casas e, por vezes, também na construção de outras habitações, juntamente com os voluntários.

A Habitat tem estabelecido ao longo dos anos várias parcerias com empresas e entidades através do voluntariado, apoio financeiro ou doação de materiais de construção. A nível nacional, as parcerias referidas como as mais importantes são as existentes como a Fundação Manuel António da Mota, a empresa Mota-Engil, algumas empresas e autarquias locais.

“a nível local nós temos várias parcerias com empresas, sendo que a maior será com a Fundação Manuel António da Mota que nos dá um subsídio anual de forma a mantermos o nosso escritório aberto em Amarante. (...) Depois temos várias empresas que nos vão apoiando pontualmente. (...) trabalhamos muito com câmaras municipais sendo que as duas, em termos financeiros, mais importantes são as de Barcelos e Vila Verde (...)” (E1)

“Os casos de sucesso com as câmaras têm funcionado como um catalisador para outras câmaras demonstrarem interesse, o que tem motivado o crescimento sustentado e isso para nós é importante.” (E1)

O compromisso da Fundação Manuel António da Mota, consiste na construção ou recuperação de habitações para famílias carenciadas, em especial no concelho de Amarante, território a que a empresa Mota-Engil se encontra ligada por fortes laços simbólicos e institucionais. O protocolo visa essencialmente suportar os custos de estrutura da instituição

no concelho de Amarante, financiando ainda os custos de reconstrução das habitações. Inclui ainda a mobilização de voluntários do Grupo Mota-Engil para participar nos trabalhos de reconstrução e a oferta de materiais de construção (FMAM, 2003-2011).

Segundo o plano de atividades e plurianual (2015 - 2018) da BragaHabit, a empresa municipal continua a “privilegiar o estabelecimento de protocolos com parceiros especializados que possam assegurar a gestão de projetos especiais.” No apoio aos “sem-abrigo” o projeto “housing first” da Cruz Vermelha e o Projeto Homem, para abrigar os “ex-presidiários” na fase de transição para a integração na vida fora do estabelecimento prisional. Mantém ainda parcerias com projetos como a Cáritas, a Rede Social de Braga, no núcleo executivo e CLAS, no núcleo local do RSI e na CPCJ. No que diz respeito ao apoio às vítimas de violência domésticas a Bragahabit, coloca à disposição algumas habitações.

A BragaHabit desenvolve, também, projeto pedagógico e de inclusão digital Brag@brinca destinado às populações mais jovens de maior fragilidade social, disponibilizando o equipamento necessário nomeadamente o espaço lúdico para os colaboradores prestarem todo o apoio às diversas ações de práticas inclusivas e formação pedagógica. (Plano de atividades anual e plurianual 2015-2018).

Recentemente surge uma nova parceria entre a BragaHabit e a Santa Casa Da Misericórdia de Braga, o acordo foi assinado em Outubro de 2016 e tem como objetivo primordial garantir um serviço que assegura o atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social (Bragahabit, 2016).

De acordo com os dados da entrevista, a Bragahabit dá ênfase a uma grande parceria referindo o seu envolvimento com a câmara municipal de Braga. De facto esta parceria assume contornos fundamentais e influencia grandemente a atuação da organização. O entrevistado refere ainda que a organização colabora com instituições da área social ou com projetos sociais com o principal intuito de atingir os objetivos propostos relativamente ao apoio à habitação.

“A Bragahabitat tem uma parceria com o próprio município.” (E1)

“Nós não temos parcerias, nós colaboramos com outras entidades sociais do Concelho para atingir alguns objetivos de apoio à habitação específicos (...) como a Cáritas, a Cruz

Vermelha, o Projeto Homem, a Casa e Saúde de Nogueiró, participando também como parceiro em projetos sociais que envolvem comunidades desfavorecidas localizadas em bairros sociais, com o Geração Tecla, ou T3tris, a CPCJ e outros.” (E1)

Seleção de Famílias

Os entrevistados garantem que todos os esforços são feitos para melhorar a qualidade de vida das pessoas fragilizadas, através de diversas respostas públicas ou privadas, sendo que ambas as organizações referiram os respetivos regulamentos como importantes guias que as famílias devem usar no processo de candidatura.

Para usufruírem do apoio da empresa municipal da Bragahabit, as famílias devem preencher um pedido habitacional. Após esse procedimento as candidaturas são avaliadas de acordo com alguns parâmetros:

Fator de capitação - Este parâmetro refere-se à composição do agregado familiar. Ao número de pessoas que compõem o agregado familiar aplica-se uma determinada percentagem, ou seja, uma pessoa corresponde a 0%, duas pessoas corresponde a 5% (para mais detalhes consultar anexo nº2).

Matriz de classificação de pedidos de apoio habitacional - O regulamento dos apoios à habitação rege-se por uma matriz de classificação de pedidos de apoio habitacional caracterizada pelas seguintes variáveis de critérios de apreciação positivos:

- a) antiguidade do pedido,
- b) situação habitacional,
- c) tipo de família (monoparental com menores ou dependentes; idosos maiores de 65 anos; famílias nucleares que integrem pessoas com idade igual ou superior a 65 anos; nuclear ou monoparental com menores ou dependentes em que todos frequentem ensino obrigatório ou público),
- d) elementos com deficiência ou com problemas permanentes de saúde incapacitantes,
- e) vítimas de violência doméstica, a variável é o tempo de residência do concelho (3 a 5 anos corresponde 10 pontos; mais de 5 anos são 20 pontos).

Os critérios de apreciação negativos estão ligados às seguintes variáveis: existência de bens móveis (-30 pontos), histórico de incumprimento (-50 pontos).

Após uma avaliação da situação verificar-se-á qual a resposta mais adequada a cada tipo de pedido.

Durante a entrevista foram referidos mais alguns detalhes:

“As pessoas candidatam-se aqui, preenchendo uma série de informação, em que nós fazemos a chamada ficha socioeconómica da família que é feita por critérios objetivos porque nós temos uma grelha que faz parte do regulamento dessa grelha de avaliação com pontuação clara e portanto as famílias são pontuadas nessa tabela que é pública e depois obviamente que com essa pontuação ingressam nessa lista de espera que também está pública e há medida que vão atingindo os recursos que se vão distribuir seja pelo RADA ou seja uma habitação através dos apoios dos arrendamentos essas famílias colocadas em primeiro lugar são contactadas.” (E1)

Na Habitat for Humanity, a seleção das famílias é realizada mediante um processo que envolve várias estruturas e que tem como objetivo principal selecionar as famílias que realmente precisam de uma habitação. Este processo começa com o preenchimento de uma ficha de candidatura e da entrega de vários documentos, que posteriormente serão analisados pela Comissão de Seleção e acompanhamento de Famílias. Para serem selecionadas as famílias têm que cumprir 3 requisitos: necessidade de uma habitação digna; a família deve possuir rendimentos suficientes que lhes permitam o pagamento da sua futura casa e não possuírem dívidas avultadas que venham a comprometer o seu compromisso estabelecido com a Habitat; estejam dispostas a serem voluntárias, não só na construção da sua casa mas de todo o projeto.

“Há três condições essenciais que nós temos para pertencerem à família Habitat. Uma é a carência habitacional que pode incluir vários aspetos relacionados com sobrelotação. A segunda é a parceria, eles têm que ter essa vontade em serem parceiros da Habitat nós não impomos nada, nem eles impõe, tentamos sempre que eles estejam envolvidos. A terceira parte é a parte financeira, que eles têm de pagar uma prestação sendo o mesmo ajustado ao rendimento deles, estamos a falar de uma prestação mais baixa do que a nível comercial digamos assim. Estamos a falar de prestações entre os 50 e 150 euros portanto depende um

bocado das famílias. Essas são as três principais pilares para poderem pertencer à Habitat.”
(E2)

No concelho de Braga existe uma comunidade de etnia cigana. Verificou-se, através das entrevistas, que essas diferenças culturais existentes não são um aspeto relevante para a seleção das famílias.

“A escolha dos apoios são transversais.” (E1)

A parte da cultura da família e como funciona nós tentamos ver para não haver problemas no futuro mas não intervimos nesse campo.” (E2)

No que concerne, à responsabilização do próprio pagamento da mensalidade na data estipulada para esse efeito, no caso das casas do programa público a maioria das pessoas cumprem o pagamento.

“A maior, parte sim, estamos a falar de 80%, 90% sim.” (E1)

No caso da Habitat, a maioria dos beneficiários cumpre com o pagamento. A organização Habitat também parece ter maior flexibilidade para acomodar situações de maior fragilidade das famílias.

“Há sempre uma abertura para reduzir a prestação caso sejam desempregadas.” (E2)

Quando questionados acerca dos casos de sucesso percebemos que a empresa municipal e a organização sem fins lucrativos conseguiram alcançar o principal objetivo que é comum nos dois entrevistados: ajudar a minimizar as dificuldades de habitação para as famílias mais carenciadas. Com modelos de ação distintos, isto é, a Bragahabit com modelo de arrendamento e a Habitat for Humanity com um modelo de propriedade que consiste na construção/reconstrução da própria casa, as organizações conseguem ir de encontro aos objetivos que estão na génese da sua criação e dar respostas a diversas solicitações.

Atualmente, os dados da Bragahabit são *“(…) 530 famílias apoiadas em arrendamento, mais de cerca de 189 pessoas subarrendamento, 328 em RADA, 51 pessoas em residência partilhada.”* (E1)

Desde a fundação da Habitat for Humanity (1996) já apoiou *“64 casas construídas diria 80 porque algumas casas foram pequenas e foram ao abrigo do programa da segurança social.”* (E2)

Compreender o acompanhamento que as organizações realizam foi também um objetivo na dimensão da análise das famílias, ou seja, não pretendemos compreender apenas o processo de atribuição ou auxílio no pagamento de uma renda, mas também o acompanhamento sistemático dos processos. O acompanhamento é um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma constante, a partir da criação de compromissos entre famílias e profissionais. Fortalecer e apoiar as famílias perante vulnerabilidades diversas, potenciando capacidades e autonomia, atuando sobre o cumprimento das condicionalidades (Martins, 2013) é essencial para se conseguirem alcançar resultados positivos.

“Nós tentamos fazer um acompanhamento (...) Mas é necessário haver um acompanhamento noutras áreas (...) Se identificarmos outro problema contactamos quem devemos contactar mas pomos de parte porque não são caminhos que são nossos (...).” (E1)

“Faz-se!, pelo menos uma vez por ano são contactadas para fazer-se um ponto de situação, se alteram os rendimentos (...) Há famílias que são acompanhadas quase permanente são situações complexas mas para a maioria delas há este acompanhamento mais à distância.” (E2)

Assim, podemos considerar que os formatos de apoio disponibilizados às famílias seguem critérios claros e objetivos, permitindo a concretização dos objetivos definidos pelas organizações. Estes critérios permitem concentrar meios na consolidação dos projetos, fortalecendo a atuação das organizações que têm conseguido garantir o envolvimento e a responsabilização das famílias que fazem parte dos referidos programas. Além disso as organizações referem, ainda, que dentro das suas possibilidades tentam fazer um acompanhamento das famílias ajudadas, até porque como referido na revisão da literatura, a pobreza habitacional pode contribuir para agravar outras dimensões da pobreza. Naturalmente que este acompanhamento é extremamente exigente para organizações que

enfrentam o problema da escassez de recursos no seu quotidiano e por vezes a identificação de potenciais problemas encontra soluções junto de outras organizações e/ou projetos.

Expectativas

No sentido de explorar a perceção que os entrevistados possuem relativamente às expectativas futuras das suas instituições, questionamos ambos os entrevistados sobre o futuro das suas instituições no contexto da problemática da pobreza habitacional.

O primeiro entrevistado considera que embora as carências de habitação em Portugal abranjam uma grande percentagem da população são, em larga medida, politicamente pouco valorizadas.

“Vejo um futuro muito difícil no sentido em que não existe por parte do estado apoios expressos e claros para apoios à habitação.” (E1)

Os dados fornecidos pelo entrevistado revelam que o aumento dos apoios dados em RADA subiram 300 mil em 2013/14 para passar 375 mil em 2015 e serão de 500 mil em 2016, ou seja, um aumento de 67%. Face ao exposto, se não houver por parte do Estado Central, a disponibilização de meios para atender às necessidades, torna-se difícil o reforço dos apoios sociais.

O segundo entrevistado revela que, apesar das políticas de habitação em Portugal precisarem de uma forte mudança pois seguem ainda um padrão desadequado de intervenção, quer na conceção, quer nas formas organizacionais de execução, distribuição e gestão, a verdade é que o trabalho da sua instituição é crescente e refere que vão continuar a trabalhar com a mesma motivação, empenho e dedicação para o crescimento sustentado.

“Eu gostava muito que deixasse de existir mas infelizmente não vai acontecer. A Habitat tem crescido e vamos continuar a crescer.” (E2)

As expectativas para o futuro da Habitat for Humanity são:

“(…) expandir para dois sítios Guimarães (...) e Celorico de Bastos (...).”

“(…) estamos a criar um pacote de informação para as câmaras municipais sobre aquilo que é necessário para criar uma Habitat num determinado local.”

“Eu continuo a ter um sonho (...) ir para os Açores (...). Porque a base dos militares irá ficar vazia e podia ser utilizada como um armazém. Além disso, existe uma ligação muito grande entra a comunidade americana, canadiana e a Habitat, porque é mais conhecida cá e os voos são muito mais baratos para os Açores e seria mais fácil trazer voluntários.”

Conclusão

A revisão da literatura enfatiza a dificuldade de definir pobreza e a sua natureza complexa e multidimensional. Este trabalho debruça-se sobre a pobreza habitacional. Ao isolar uma dimensão da pobreza, sublinhamos a sua importância, reconhecendo, no entanto, a importante relação desta com as diferentes dimensões. A discussão sobre a pobreza caracteriza-se pela sua evolução, partindo da abordagem unidimensional para um fenómeno multidimensional. Neste sentido, a pobreza é considerada mais complexa do que se imagina, sendo que o meio habitacional é uma das necessidades importantes dos indivíduos. Apesar do reconhecimento crescente do direito à habitação, existem, ainda, muitas famílias portuguesas que defrontam sérias dificuldades para conseguir uma habitação com padrões mínimos de qualidade e acessíveis aos seus rendimentos, não podendo, usufruir de qualidade de vida e bem-estar individual e social. Referimo-nos, concretamente, a carências ou ausências de infraestruturas básicas, à superlotação dos alojamentos e/ou sem instalações adequadas. Apesar das várias iniciativas políticas e sociais, a crise global na habitação cresce a um ritmo constante. Em Portugal, na política social de habitação, têm surgido algumas alterações mas nunca foi uma área de intervenção prioritária do Estado, uma vez que nunca foi assumida como um problema, nem como uma preocupação. A política habitacional implementada pelo Estado, apesar dos objectivos declarados de pretender melhorar as condições habitacionais das famílias com menores rendimentos, tem-se dirigido, fundamentalmente, através dos apoios financeiros e fiscais à aquisição de casa própria e apoio ao arrendamento. Outro aspecto fundamental é o envolvimento e participação das autarquias locais na resolução do problema da habitação. Tendo consciência da importância que as condições habitacionais na vida quotidiana dos cidadãos, e conhecendo os problemas facilita a dinamização de iniciativas de

ação e política de intervenção. Paralelamente, promovendo o desenvolvimento e a integração social. Nesta perspetiva, o acesso à habitação surge como um elemento importante que permite ir de encontro à coesão social.

Podem ser referidos alguns contributos teóricos e práticos da presente investigação. Esta investigação pretende ser um ponto de partida para o debate e reflexão sobre a pobreza habitacional, perante a urgente necessidade de combater o seu aumento e de melhorar a eficiência e eficácia das diversas respostas - públicas e privadas (neste caso das organizações sem fins lucrativos). Um dos contributos fundamentais para a compreensão das respostas sociais da pobreza habitacional, existentes no concelho de Braga, permite-nos afirmar que as organizações estudadas estão muito focadas na questão de reduzir a pobreza habitacional e apesar do objetivo principal ser em tudo semelhante, as respostas são distintas. De forma sucinta, a Bragahabit é uma empresa municipal, financiada pelo município e pelas rendas sociais que cobra às famílias. O apoio à habitação incide sobretudo no arrendamento com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares, atribuição de um subsídio destinado à comparticipação do pagamento mensal da renda. Em contrapartida, a Habitat for Humanity é uma organização sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo a construção ou reconstrução de casas para famílias carenciadas, num modelo que confere propriedade às famílias, tendo por base de apoio o trabalho voluntário. Neste contexto, as famílias participam na construção e nas atividades da organização. Esta organização considera que os mais importantes problemas habitacionais devem estar integrados numa visão holística que deve ser delineada de acordo com as particularidades de cada família, considerando as especificidades dos vários contextos, promovendo a dignidade e a autonomia das famílias.

De forma lata pode-se afirmar que o trabalho em parceria tem sido referenciado como um importante elemento da intervenção local, neste trabalho referimos que a Habitat for Humanity tem uma maior número de parcerias e uma grande parcela da sua atividade é desenvolvida em conjunto com os seus parceiros que atuam a montante e a jusante da sua atividade mais central. Este formato organizativo é bastante exigente e impõe uma rigorosa dinâmica, ainda que seja importante sublinhar que a cooperação existente entre parceiros poderá proporcionar benefícios mútuos. Por sua vez, a Bragahabit refere muito

especificamente a sua parceria com o município de Braga, sublinhando a natureza jurídica da organização, bem assim como a sua natural proximidade com o município ao qual pertence.

No que diz respeito às famílias, a candidatura e os critérios de seleção, ambas as organizações têm práticas seletivas que visam servir populações necessitadas, sendo no entanto que a Habitat for Humanity, não orienta os seus esforços para as pessoas mais pobres, sendo que as famílias devem assegurar a capacidade de pagar a casa. A Bragahabit rege-se por regulamentos oficiais, enquanto a Habitat por princípios orientadores.

Relativamente às expectativas futuras de ambas as organizações podemos afirmar que ambas pretendem continuar a trabalhar num formato de intervenção local pois consideram que a sua proximidade à comunidade facilita e melhora a intervenção em termos de respostas aos problemas habitacionais. A Bragahabit refere a sustentabilidade financeira e a fraca intervenção estatal como as principais barreiras à sua intervenção no futuro, sendo que a Habitat for Humanity espera conseguir novos parceiros de forma a poderem alargar a sua capacidade de resposta.

Bibliografia

- Alves, R. (2015). *Caracterização demográfica e socioeconómica no distrito de Braga*. EAPN Portugal/Núcleo Distrital de Braga.
- Alencar, L. (2014). *A perspetiva multidimensional da pobreza na redefinição do conceito de necessitado*. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza - UNIFOR.
- Alkire, S. & Robles, G. (2016). Global Multidimensional Poverty Index 2016 Oxford Poverty & Human Development Initiative, Briefing 41 Disponível em <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Global-MPI-2016-2-pager.pdf> [último acesso: Novembro 2016].
- Amaral, R., Coelho, K. & Lima, V. (2015). *Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional*. Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.
- Amorim, F. (2012). *Plano Local de habitação - Caso de Estudo: Espinho*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano. Universidade de Aveiro: Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território.
- Bardin, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, C. (2016). Pobreza, “cuestión social” y su enfrentamiento. *Revista de ciencias sociales y humanidades*. Volume 25, nº49, pp. 70-96
- Barreto, R. (2010). *As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade*. Rio de Janeiro. Cadernos EBAPE BR, volume 8, nº4.
- Benjumea, C. (2015). *La calidad de la investigación cualitativa: de la evaluarla a lograrla*. Texto contexto Enferm, Florianópolis.
- Bruto da Costa, A. (1985). *A pobreza em Portugal*. Estudo subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Coleção Cáritas, nº6.
- Bruto da Costa, A., Isabel B., Pedro P. & Paulo C. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Cachado, R. (2013). *O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cáritas. (2014). *Logement et pauvreté: Une analyse sur l'engagement des cantons*. Observations de Caritas sur la politique 2014 de lutte contre la pauvreté. Disponível

- em https://www.caritas.ch/fileadmin/media/caritas/Dokumente/Positionspapiere/CA_Monitoring_Pauvret%C3%A9_2014_FR_Internet.pdf [último acesso: Novembro 2016].
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris, Fayard.
- Cavapozzi, D., Han, W. & Miniaci, R. (2015). *Alternative weighting structures for multidimensional poverty assessment*. Spring Science Business Media. New York.
- Diogo, V. & Guerra, P. (2013). *A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXV, página: 141 - 163.
- Doyal, L. & Gough, I. (1991). *A Theory of Human Need*, Macmillan, Londres.
- European Parliament. (2013). *Social housing in EY*. Directorate General for Internal Policies. Disponível em http://www.iut.nu/Literature/EU/EU_and_SocialHousing_Jan_2013.pdf [último acesso: Novembro 2015].
- Eurostat. (2015). *Estatísticas sobre a habitação*. Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing_statistics/pt [último acesso: Novembro 2015].
- Fadigas, L. (2015). *Urbanismo e território - As políticas públicas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, M., Matos, A., Melo, J., Reis, Z. (2012). *Novos Pobres e o impacto económico, social e simbólico do RSI*. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Feres, J. C. & Mancero, X. (2001). *Enfoques para la medicion de la pobreza: breve revision de la literatura*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Genevois, M. e Costa, O. (2001). *Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas*. São Paulo. Vol. 15, nº1.
- Huitt, W. (2007). *Maslow's hierarchy of needs*. Educational Psychology Interactive, Disponível em <http://www.edpsycinteractive.org/topics/conation/maslow.html> [último acesso: Novembro 2015].
- Instituto Nacional e Estatística. (2012). *Parque habitacional em Portugal: Evolução na última década*. Destaque: informação à comunicação social.

- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Rendimento e condições de vida*. Destaque: informação à comunicação social.
- Instituto Nacional da Habitação. (2000). *VI Encontro Políticas Públicas de acesso à habitação*. Edição: Lisboa - Culturgest.
- Lopes, C. (2012). *Sobre a medição da pobreza, da riqueza e da desigualdade: evidência para Portugal segundo um índice de conforto habitacional*. Dissertação de Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional, ISCTE Business School.
- Martins, H. (2013). *Acompanhamento social individualizado das famílias. Da responsabilidade parental à intergeracionalidade - O Caso do Projeto "O Trilho"*. Tese de Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Maryse, M. (2008). *Le logement, une dimension de la pauvreté en conditions de vie*. Regards croisés sur l'économie, Regards croisés sur l'économie n°4, pp. 70-82.
- Nándori, E. (2011). Subjective Poverty and Its Relation to Objective Poverty Concepts in Hungary. *Social Indicators Research*, 102(3), pp 537–556.
- Naschold, F. (2002). *Why Inequality Matters for Poverty*. Department for International Development by the Economists' Resource Centre.
- Nunes, C. (2012). *Poverty Measurement. A Theoretical contribution and application to Portugal 2007*. Dissertação de Doutoramento em Economia. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Pardal, L. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores.
- Parente, C. (2014). *Empreendedorismo social em Portugal*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- Pittini, A. Ghekiere, L., Dijol, J., Kiss, I. (2015). The state of housing in the EU. *Housing Europe*, Brussels. Disponível em <http://www.housingeurope.eu/resource-468/the-state-of-housing-in-the-eu-2015> [último acesso: Novembro 2015].
- Quintero, L. & Mejia, A. (2006). *Percepción subjetiva de los pobres: Una alternativa a la medición de la pobreza*. *Reflexión Política*, 8 (15), pp. 27-40.
- Quivy, R. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva - Publicações.

- Saboor, A., Khan A., Hussain, A., Ali, I., Mahmood, K. (2015). *Multidimensional deprivations in Pakistan: Regional variations and temporal shifts*. The Quarterly Review of Economics and Finance, 56, pp.57-67.
- Santos, C., Casagrande, D., Hoeckel, P., Marin, S. (2013). *Bem-estar e pobreza: a abordagem de Sen em comparação à utilitarista e a dos bens primários*. Revista Economia e Tecnologia. Volume 9, N°4, pp. 61-76.
- Secombe, K. (2000). *Families in Poverty in the 1990s: Trends, Causes, Consequences, and Lessons Learned*. Journal of Marriage and the Family, 62 (4), pp. 1094-1113.
- Sen, A. (1999). *Pobreza e Fomes um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar.
- Silva, N. (2008). *Fatores de Pobreza e Exclusão Social: Categorias Sociais Vulneráveis*. Núcleo de Estudos e Conhecimento. Revista do Instituto da Segurança Social, IP. N°29.
- Simões, J. (2010). *A habitação Social como um instrumento de combate à Pobreza e Exclusão Social: Estudo de caso no Bairro Alves Redol*. Dissertação de Mestrado em Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).
- Tunstall, R., Bevan, M., Jonathan, B., Karen, C., Stephen, D., Caroline, H., Anwen, J., Julie, R., Alison, W. & Steve, W. (2013). *The Links Between Housing and Poverty: an evidence review*. Joseph Rowntree Foundation.
- Wagle, U. (2008). *Multidimensional Poverty Measurement: Concepts and Applications*. Jacques Silber, Bar Ilan University.
- World Bank. (2006). Global Monitoring Report 2015/2016. *Development Goals in an Era of Demographic Change*, International Bank for Reconstruction and Development. Joint publication of the World Bank Group and the International Monetary Fund.
- Yinger, J. (2013). *Hedonic Estimates of Neighborhood Ethnic Preferences*. The Maxwell School, Syracuse University

Webgrafia

- BragaHabit, <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/index.jsp>, consultado a 21 de Fevereiro de 2016.
- Bragahabit, <http://www.bragahabit.pt/pt/noticias/acordo-de-parceria-entre-santa-casa-da-misericordia-de-braga-e-a-bragahabit-em-52>, consultado a 27 de Outubro de 2016.

Centro Habitat, <http://www.centrohabitat.net/pt/associado/ihru-instituto-da-habitacao-e-da-reabilitacao>, consultado a 21 de Fevereiro de 2016.

Comissão Europeia, <http://ec.europa.eu/social/main.jsp>, consultado a 28 de Janeiro de 2016.

European Anti Poverty Network, (Rede Europeia Anti-Pobreza), www.eapn.pt, consultado a 30 de Janeiro de 2016.

Eurostat, <http://ec.europa.eu/eurostat>, consultado a 12 de Julho de 2016.

Fundação EDP, <http://www.fundacaoedp.pt/inovacao-social/programa-edp-solidaria/programa-edp-solidaria/444>, consultado a 30 de Julho de 2016.

Fundação Manuel António da Mota, <http://fmam.dev.whitebrandservices.com/desenvolvimento-social/projetos/habitat-for-humanity-international/>, consultado a 28 de Outubro de 2016.

Habitat for Humanity, <http://www.habitat.org/emea/about/what-we-do/microfinance>, consultado a 22 de Novembro de 2016.

Habitat for Humanity Portugal, <http://www.habitat.pt/index.php?id=6>, consultado a 22 de Novembro de 2016.

Housing europe, <http://www.housingeurope.eu/>, consultado a 13 de Setembro de 2016.

Instituto Nacional de Estatística, http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS, consultado a 16 de Fevereiro de 2016.

Just a Change, <http://www.justachange.pt/>, consultado a 20 de Julho de 2016.

Programa de Emergência Social Mercado Social Arrendamento, <http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/>, consultado a 21 de Setembro de 2016.

Observatório das Desigualdades, <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=111>, consultado a 28 de Setembro de 2016.

Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, <http://www.fao.org>, consultado a 28 de Janeiro de 2016.

Oxford Poverty e Human Development Initiative, <http://www.ophi.org.uk/research/multidimensional-poverty/>, consultado a 13 de Fevereiro 2016.

OECD Better Life Index, <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/housing-pt/>, consultado a 14 de Fevereiro 2016.

World Health Organization, <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/Housing-and-health>, consultado a 15 de Fevereiro de 2016.

Anexo nº1

Global Village

A Global Village continua a ser um dos programas de voluntariado mais bem sucedidos da Habitat for Humanity. O programa pretende dar às pessoas a oportunidade de viajar para outro país com intuito de vivenciar a experiência de uma nova cultura, ao mesmo tempo que trabalhavam na construção de uma habitação adequada para famílias carentes.

Os voluntários realizam atividades que variam de acordo com cada projeto. Estes podem ser a construção de uma nova casa, reparação de uma habitação existente, o trabalho em desenvolvimento e / ou a participação da comunidade nos ateliêes de educação financeira com as famílias beneficiárias.

Referência bibliográfica: http://www.habitat.org/lac/participar/voluntariado/viajes_internacionales.aspx

Anexo nº2



ANEXOS

ANEXO I FATOR DE CAPITAÇÃO

Composição do agregado familiar (número de pessoas)	Porcentagem a aplicar
1	0 %
2	5 %
3	9 %
4	12 %
5	14 %
6 ou mais.....	15 %

ANEXO II MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO HABITACIONAL

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	PONTOS
Critérios de apreciação positivos		
Antiguidade do pedido	Tempo de espera - por cada mês apos a aceitação da inscrição	1
Situação habitacional	Perda de habitação por execução de despejo ou hipoteca, ou com processo em curso	25
	Residência em local que não oferece as condições mínimas de habitabilidade	25
Tipo de família	Monoparental com menores ou dependentes	20
	Idosos maiores de 65 anos	20
	Famílias nucleares que integrem pessoas com idade igual ou superior a 65 anos	20
	Nuclear ou monoparental com menores ou dependentes em que todos frequentem ensino obrigatório ou público.	25
Elementos com deficiência ou com problemas permanentes de saúde incapacitantes	Dois ou mais elementos	25
	Um elemento.	15
Vítimas de violência doméstica		30
Tempo de residência no Concelho	de 3 a 5 anos	10
	mais de 5 anos	20
Critérios de apreciação negativos		
Existência de bens móveis	Valor superior a 15 vezes o valor do IAS	-30
Histórico de incumprimento	últimos 5 anos	-50

ANEXOS

ANEXO III ADEQUAÇÃO DE TIPOLOGIA

Composição do agregado familiar (número de pessoas)	Tipologia da habitação (1)	
	Minima	Máxima
1.....	T0	T1/2
2.....	T1/2	T2/4
3.....	T2/3	T3/6
4.....	T2/4	T3/6
5.....	T3/5	T4/8
6.....	T3/6	T4/8
7.....	T4/7	T5/9
8.....	T4/8	T5/9
9 ou mais.....	T5/9	T6

(1) A tipologia da habitação é definida pelo número de quartos de dormir e pela sua capacidade de alojamento (exemplo: T2/3 - dois quartos, três pessoas).

Anexo nº3

Guião de entrevista

NOME
CARGO

Questão de saudação

Q1. O que é a BragaHabit?

ou

Q2. Quais são os principais pilares da organização: missão, visão, valores?

Q3. O que é, na vossa visão, realmente a pobreza habitacional? O que é um Pobre habitacional?

Q4. Como é que a vossa política se enquadra na política nacional de combate a pobreza

habitacional?

Q5. Como descreve a evolução da resposta municipal? (pode por favor dar números). Quais os principais achievements, limitações?

Q6. Qual o modelo de financiamento?

Q7. Para realização do vosso trabalho contam a colaboração de parcerias? Podem identificar e explicar as mais importantes?

Q8. Conhecem outras entidades que respondam ao problema habitacional em Braga? Existe parcerias?

Q9. Existe alguma parceria com o trabalho da Habitat for Humanity Braga?

Q10. Que condições terão que reunir as famílias para receberem ajuda da Habitat?

Q11. Têm definidas prioridades na atribuição de casa? De forma explícita?

Q12. A política social de habitação tem mudado substancialmente. Dos antigos bairros sociais para arrendamentos, empréstimos sociais. Como é que a habitat se posiciona nesta problemática? Que tipo de modelo? Que vantagens e desvantagens?

Q13. A cultura da família é determinante para a escolha do processo?

Q14. Qual o valor que cada família paga como prestação/mensalidade?

Q15. O pagamento é cumprido pelas famílias na data estipulada para esse efeito? E se não?

Q16. Penso que da vossa visão de pobreza habitacional realça-se um problema complexo, com muitas relações com outras dimensões da pobreza. Como é que lidam com isto? Há mais na vossa acção do que só a atribuição de casa?

Q17. Como é realizado o acompanhamento do processo das famílias após atribuição da habitação?

Q18. Como vêem o futuro da BragaHabitat?

Dimensão de Análise	Explicação da dimensão	Questão do Guião
Missão Visão Valores	Compreender a importância da visão, missão e valores para o sucesso e caminho da organização.	O que é a BragaHabit? ou Quais são os principais pilares da organização: missão, visão, valores?
Modelos	Modelo	Como descreve a evolução da resposta municipal? (pode por favor dar números). Quais os principais achievements, limitações? Qual o modelo de financiamento?
Parceiros	Identificar os stakeholders. Perceber como stakeholders atuam dentro da organização.	Para realização do vosso trabalho contam a colaboração de parcerias? Podem identificar e explicar as mais importantes? Conhecem outras entidades que respondam ao problema habitacional em Braga? Existe parcerias? Existe alguma parceria com o trabalho da Habitat for Humanity Braga?
Famílias	Perceber de que forma as famílias são seleccionadas. Cultura da população Participação Responsabilidade Taxa de sucesso Acompanhamento	Que condições terão que reunir as famílias para receberem ajuda da Habitat? Têm definidas prioridades na atribuição de casa? De forma explícita? A política social de habitação tem mudado substancialmente. Dos antigos bairros sociais para arrendamentos, empréstimos sociais. Como é que a habitat se posiciona nesta problemática? Que tipo de modelo? Que vantagens e desvantagens? A cultura da família é determinante para a escolha do processo? Qual o valor que cada família paga como prestação/mensalidade? O pagamento é cumprido pelas famílias na data estipulada para esse efeito? E se não? Como é realizado o acompanhamento do processo das famílias após atribuição da habitação?
Expectativas	Futuro	Como vêem o futuro da BragaHabitat?
Pobreza Habitacional	Conceito Compreensão do fenómeno	O que é, na vossa visão, realmente a pobreza habitacional? O que é um Pobre habitacional? Como é que a vossa política se enquadra na política nacional de combate a pobreza habitacional? Penso que da vossa visão de pobreza habitacional realça-se um problema complexo, com muitas relações com outras dimensões da pobreza. Como é que lidam com isto? Há mais na vossa acção do que só a atribuição de casa?

Anexo nº4

Guião de entrevista

NOME
CARGO

Questão da saudação

Q1. O que é a Habitat for Humanity Portugal?

ou

Q2. Quais são os principais pilares da organização: missão, visão, valores?

Q3. O que é, na vossa visão, realmente a pobreza habitacional? O que é um Pobre habitacional?

Q4. Em que é que o vosso modelo difere dos modelos públicos de combate a pobreza habitacional?

Q5. O voluntariado é parte essencial do trabalho da Habitat for Humanity. Porque este modelo de resposta? Como caracteriza este modelo de voluntariado?

Q6. Para realização do vosso trabalho contam a colaboração de parcerias públicas e privadas?

Se sim, quais? Podem identificar e explicar as mais importantes?

Q7. Sabemos que a Habitat tem como princípio a propriedade da casa ser da família? Porque?

Q8. Qual o tipo de construção das habitações?

Q9. A visão sobre política habitacional tem mudado nos últimos anos. Têm preferência pela construção de casas ou bairros?

Q10. Que condições terão que reunir as famílias para receberem ajuda da Habitat? Prioridades?

Q11. As famílias encontram-se sempre dispostas em colaborar na construção/recuperação das suas próprias casas e nas das outros parceiros da Associação Humanitária Habitat?

Q12. A cultura da família é determinante para a escolha do processo?

Q13. Qual o valor que cada família paga como prestação/mensalidade?

Q14. O pagamento é cumprido pelas famílias na data estipulada para esse efeito?

Q15. Qual o número de casos de sucesso de famílias?

Q16. Penso que da vossa visão de pobreza habitacional realça-se um problema complexo, com muitas relações com outras dimensões da pobreza. Como é que lidam com isto? Há mais na vossa acção do que só a atribuição de casa?

Q17. Existe um acompanhamento à família após a resolução do problema?

Q18. Como vêem o futuro da Habitat?

Dimensão de Análise	Explicação da dimensão	Questão do Guião
Missão Visão Valores	Compreender a importância da visão, missão e valores para o sucesso e caminho da organização.	O que é a Habitat for Humanity Portugal? ou Quais são os principais pilares da organização: missão, visão, valores?
Modelos	Modelo de voluntariado	Em que é que o vosso modelo difere dos modelos públicos de combate a pobreza habitacional? O voluntariado é parte essencial do trabalho da Habitat for Humanity. Porque este modelo de resposta? Como caracteriza este modelo de voluntariado?
Parcerias	Identificar os stakeholders. Perceber como stakeholders atuam dentro da organização.	Para realização do vosso trabalho contam a colaboração de parcerias públicas e privadas? Se sim, quais? Podem identificar e explicar as mais importantes?
Construção	Regras de construção simples e ecológica.	Sabemos que a Habitat tem como princípio a propriedade da casa ser da família? Porque? Qual o tipo de construção das habitações? A visão sobre política habitacional tem mudado nos últimos anos. Têm preferência pela construção de casas ou bairros?
Famílias	Perceber de que forma as famílias são seleccionadas. Cultura da população Participação Responsabilidade Taxa de sucesso Acompanhamento	Que condições terão que reunir as famílias para receberem ajuda da Habitat? Prioridades? As famílias encontram-se sempre dispostas em colaborar na construção/recuperação das suas próprias casas e nas das outros parceiros da Associação Humanitária Habitat? A cultura da família é determinante para a escolha do processo? Qual o valor que cada família paga como prestação/mensalidade? O pagamento é cumprido pelas famílias na data estipulada para esse efeito? Qual o número de casos de sucesso de famílias? Existe um acompanhamento à família após a resolução do problema?
Expectativas	Futuro	Como vêem o futuro da Habitat?
Pobreza Habitacional	Conceito Compreensão do fenómeno	O que é, na vossa visão, realmente a pobreza habitacional? O que é um Pobre habitacional? Penso que da vossa visão de pobreza habitacional realça-se um problema complexo, com muitas relações com outras dimensões da pobreza. Como é que lidam com isto? Há mais na vossa acção do que só a atribuição de casa?